

# 2019/2020 Relatório Bianual

pcabhub.org



## Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia



**USAID**  
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

### Coordenação Técnica (USAID/Brasil)

Catherine Hamlin

Megan Gernes

Cinthya Soares

### Projeto Editorial e Edição (Quartzo Comunicação)

Maria Benevides

### Reportagens de Campo

Juliana Nogueira

Maria Benevides

### Textos

Juliana Nogueira

Luciana Constantino

Maria Benevides

### Infográficos

Maria Benevides

Renato Pattini

Stephanie Laia (Ilustradora)

### Design Gráfico

Renato Pattini

### Tradução

Luis Hargreaves

### Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia

Relatório Bianual – 2019/2020



### Fotos de capa:

Arara na Reserva Extrativista Médio Juruá - Amazonas (Bruno Bimbato/ICMBio)

Seringueiros de Vila Franca na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – Pará (Bruno Kelly/USAID)

Reserva Extrativista Verde para Sempre, onde os rios são o principal modal de transporte - Pará (Bruno Kelly/USAID)

Pesca de manejo comunitário do pirarucu no Médio Juruá - Amazonas (Marizilda Cruppe/Gosto da Amazônia)

Soltura de filhotes de tartaruga em comunidade do Médio Juruá - Amazonas (Bruno Bimbato/ICMBio)



©Fotos sujeitas à direitos autorais



# SUMÁRIO



Foto:

<b>06</b>	<b>Apresentação</b>	
	Ted Gehr, Director USAID/Brasil	06

<b>08</b>	<b>PCAB - Visão Geral</b>	
	Área de Atuação	10
	Teoria da Mudança	12
	Importância da Biodiversidade	14
	Rios Voadores	15

<b>19</b>	<b>Consolidação de Áreas Protegidas</b>	
	Monitoramento Participativo da Biodiversidade	20
	MPB na Resex Cazumbá-Iracema	22
	Impacto no Campo - Tecnologia	27
	Outros destaques	31

<b>33</b>	<b>Expansão de Cadeias de Valor</b>	
	Produtos de Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade	35
	Impacto no Campo - Inovação	36

<b>41</b>	<b>Engajamento do Setor Privado</b>	
	Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA)	40
	Investimentos de Impacto	44
	Avaliação	50
	Impacto no Campo - Escala em Inovação	52
	PPA Solidariedade	56
	Inovação do Setor Privado	58

<b>63</b>	<b>Monitoramento, Avaliação e Aprendizado</b>
-----------	---

<b>64</b>	<b>Rede de Parceiros da PCAB</b>
-----------	----------------------------------

<b>65</b>	<b>Equipe USAID/Brasil</b>
-----------	----------------------------



# APRESENTAÇÃO

## TED GEHR

Foto: Neil Palmer (CIAT)



Photo: Juliana Nogueira/USAID



📍 Brasília, Brazil

Ted Gehr  
Diretor da USAID/Brasil  
Parceria pela Conservação  
da Biodiversidade  
da Amazônia.

“Desde 2014, principal objetivo da USAID/Brasil tem sido o de apoiar a conservação da biodiversidade na Amazônia, auxiliando o país a promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de populações cujos modos de vida dependem da floresta.”

Desde 2014, o principal objetivo da USAID/Brasil tem sido o de apoiar a conservação da biodiversidade na Amazônia, auxiliando o país a promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de populações cujos modos de vida dependem da floresta. Grande parte do nosso portfólio é voltado para a conservação da Amazônia, que abriga a maior floresta contínua do planeta, responsável por 20% de toda a água doce da Terra e que desempenha um papel crucial na manutenção do equilíbrio do clima global.

Apesar da pandemia, nossa pequena e dinâmica equipe garante nossa atuação em nove estados, com projetos implementados por uma grande rede de parceiros com enorme capilaridade. A Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia (PCAB) é uma aliança em que o motor são justamente estes parceiros implementadores: organizações com atuação consolidada na região, instituições de pesquisa, órgãos dos governos federal, estadual e local, que por sua vez trabalham com cooperativas e associações de ribeirinhos e indígenas. Contamos ainda com a valiosa assistência técnica do Serviço Florestal dos Estados Unidos.

Sem este trabalho colaborativo em uma região em que tudo é superlativo, não teríamos conseguido alcançar 153 Áreas Protegidas cobrindo 46 milhões de hectares – uma área maior que a Califórnia. A quase totalidade de nossos projetos (88%) são em Terras Indígenas ou em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Juntamente com a Alliance Bioersity International/Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) fortalecemos nossa estratégia de engajamento do setor privado como ►

parte do esforço para a construção de um novo modelo de desenvolvimento calcado na sustentabilidade. Lançada em 2017, a Plataforma de Parceiros pela Amazônia (PPA) chegou ao final de 2020 com 42 membros, dos quais 33 são empresas. Todos comprometidos com nossa meta comum de conservar a integridade do bioma amazônico, juntamente com a promoção do bem-estar do status socioeconômico das comunidades da floresta.

Trinta startups já se beneficiaram do Programa de Aceleração da PPA, único voltado exclusivamente para as necessidades de incubação e aceleração de startups amazônicas que atendem aos requisitos rigorosos da agenda sustentável. Desde 2018, o programa da PPA investiu R\$ 10 milhões (US\$2 milhões) em startups, contribuindo para ampliar inovação, bioeconomia, cadeias de valor sustentáveis e gestão territorial.

Entre múltiplas Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a PPA, mobilizamos R\$ 120 milhões em co--investimentos privados no período reportado, alavancando financiamentos e reafirmando nosso papel como catalisadores de impacto sustentável.

Ao mesmo tempo em que continuamos a avançar na conservação da biodiversidade na Amazônia, grande parte da nossa atenção ao longo do ano passado foi

voltada para a resposta à pandemia. Além da doação de mil ventiladores para o Brasil em 2020, a USAID uniu forças rapidamente com os parceiros para endereçar as necessidades de comunidades na Amazônia. Sob o guarda-chuva do Fundo PPA Solidariedade, nossos parceiros do setor privado co-investiram R\$ 17,5 milhões juntamente com a USAID para ajudar negócios sustentáveis a enfrentar a crise econômica e fornecer produtos e serviços essenciais para comunidades afetadas.

Mesmo neste período desafiador, quando muitas das nossas operações em campo foram paralisadas, os trabalhos do programa da PCAB e da USAID não foram interrompidos. A parceria entre o povo dos Estados Unidos e o povo brasileiro continua sólida. Nosso compromisso de investimento bilateral foi ampliado de US\$ 80 para US\$ 130 milhões. E nossa parceria continua a crescer, a mobilizar recursos, compromissos e soluções de mercado para a Amazônia.

É com grande entusiasmo que apresentamos os resultados do esforço colaborativo da PCAB em 2019 e 2020 para garantir a integridade dos ecossistemas amazônicos e aumentar o bem-estar das comunidades na Região Amazônica.

“ Sem este trabalho colaborativo em uma região em que tudo é superlativo, não teríamos conseguido alcançar o suporte para 153 Áreas Protegidas cobrindo 46 milhões de hectares – uma área maior que a Califórnia.”

Ted Gehr, Diretor da USAID/Brasil



Foto: US Forest Service archives



## O QUE É A PCAB

Em atividade no Brasil há mais de 50 anos, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) vem trabalhando com o Brasil nas duas últimas décadas em vários programas na área ambiental. Historicamente tem se engajado em iniciativas ligadas à educação, treinamento vocacional, geração de renda e proteção de mulheres e jovens vulneráveis do ponto de vista econômico e social.

A partir de 2014, a USAID/Brasil tornou-se a primeira missão de parcerias estratégicas da Agência, deixando o papel tradicional de assistência e passando a agir como catalisadora e facilitadora de soluções inovadoras.

Dentro deste novo contexto, o maior programa conjunto é a Parceria para Conservação da Biodiversidade na Amazônia (PCBA). E busca a conservação dos recursos biológicos da Amazônia Brasileira, fortalecendo diversos tipos de Áreas Protegidas, incluindo Terras Indígenas.

Firmada entre a USAID/Brasil e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), sua implementação é feita juntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão de Unidades de Conservação federais. E ainda com a parceria da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre outras instituições-chave no país.

Um Conselho Diretor formado por USAID, ABC, MMA, ICMBio e Funai é parte do quadro organizacional desenvolvido para aumentar a coordenação no desenho e na implementação do programa. Quatro grupos técnicos de trabalho foram criados em 2020:

- **Manejo do Fogo** - Treinamento e compartilhamento de informações, aprimorando as cooperações bilateral e multilateral;
- **Fortalecimento Institucional** - Aprimoramento da competência profissional para promover conservação da biodiversidade e manejo florestal sustentável em áreas protegidas;
- **Turismo e Cadeias de Valor** - Busca aperfeiçoar o bem estar das comunidades através do fortalecimento da gestão de terras públicas e conservação da biodiversidade, apoiando o turismo e cadeias de valor em Áreas Protegidas;
- **Monitoramento da Biodiversidade e Restauração de Áreas Degradadas** - Aprimora o monitoramento da biodiversidade através de ferramentas científicas e tecnológicas

e amplia a capacidade de identificar e restaurar vegetação nativa de habitats degradados;

Em 2020, o desmatamento em áreas apoiadas pela PCAB caiu 49% em comparação com o ano anterior. A queda no desmatamento em áreas protegidas não apoiadas pela PCAB no mesmo período foi de 29%.

Ao longo dos últimos quatro anos (2017-2020), a PCAB ampliou o seu escopo para estimular a participação do setor privado. Juntamente com grandes corporações e empresas de diferentes portes a parceria apoiou vários estudos e ações integradas na região. Companhias que buscam seus insumos na Amazônia, já operando ou se preparando para operar lá, podem tornar-se as impulsionadoras de novos modelos de desenvolvimento sustentável, ajudando a organizar as cadeias de valor de produtos de origem florestal e contribuindo para dar escala a iniciativas que agreguem valor à floresta em pé. O que por sua vez, irá aumentar o bem estar das populações locais e permitir o crescimento econômico regional.

Parcerias Público-Privadas (PPPs) também têm sido encorajadas, fortalecendo cadeias de valor com base em produtos florestais madeireiros e não-madeireiros fortalecendo cadeias de valor com base florestal e pequenos produtores de cadeias de valor sustentáveis. Assim como revelando abordagens inovadoras para engajamento como municípios e comunidades na área de gestão territorial integrada.

### Duração

16 anos (2014 – 2030)

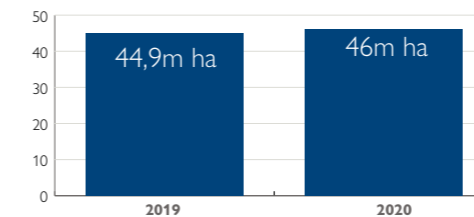
### Orçamento

US\$ 130 milhões

### Emissões evitadas

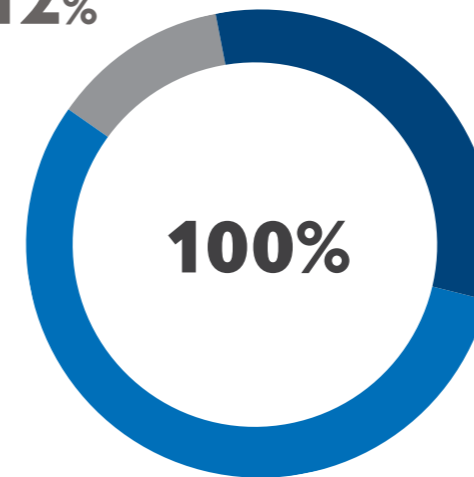
50 milhões de ton. de CO<sub>2</sub>

## PCAB EM 2020



Parques Nacionais, Reservas Biológicas ou Florestas Nacionais/Estaduais

12%

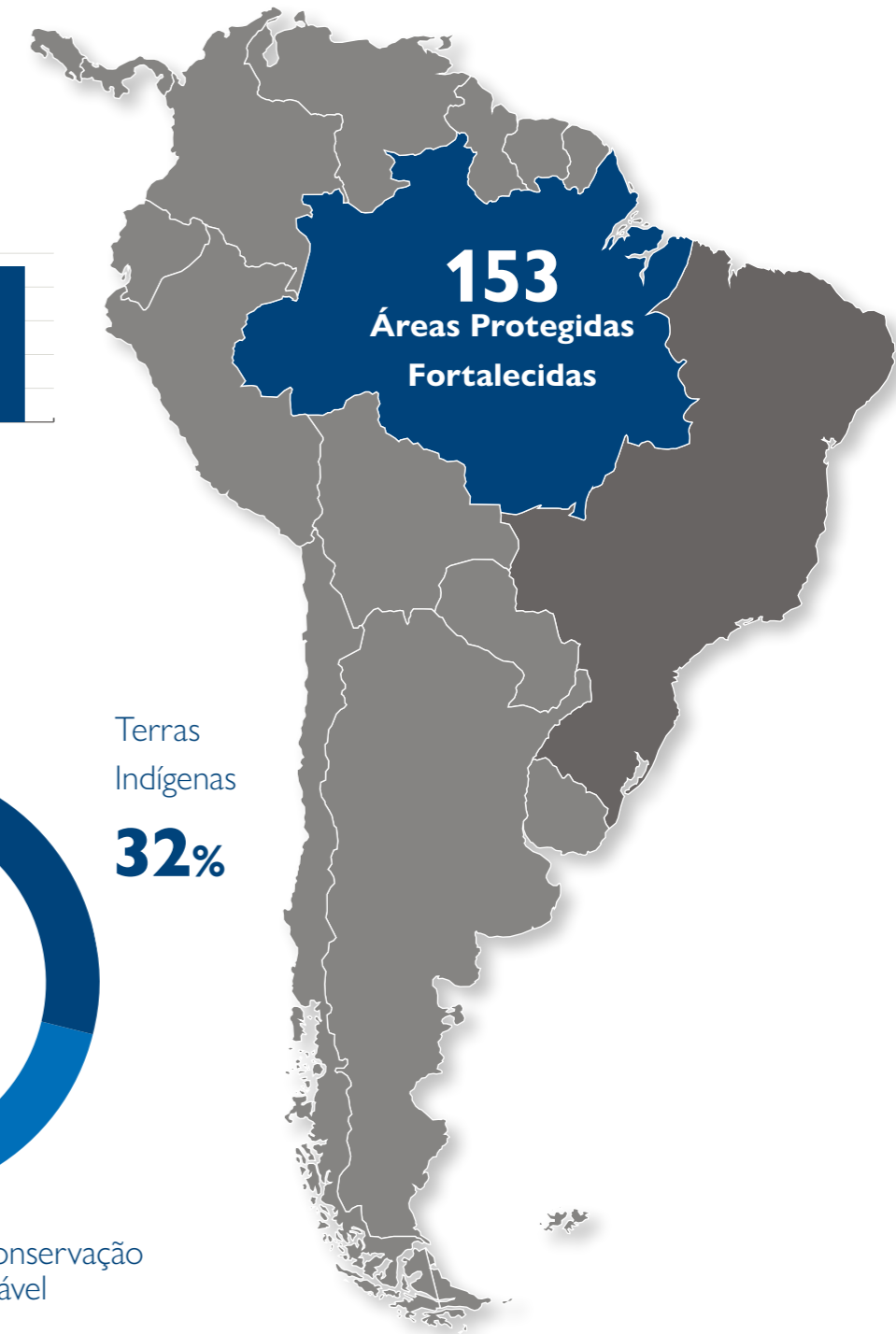


Terras Indígenas

32%

Unidades de Conservação de Uso Sustentável

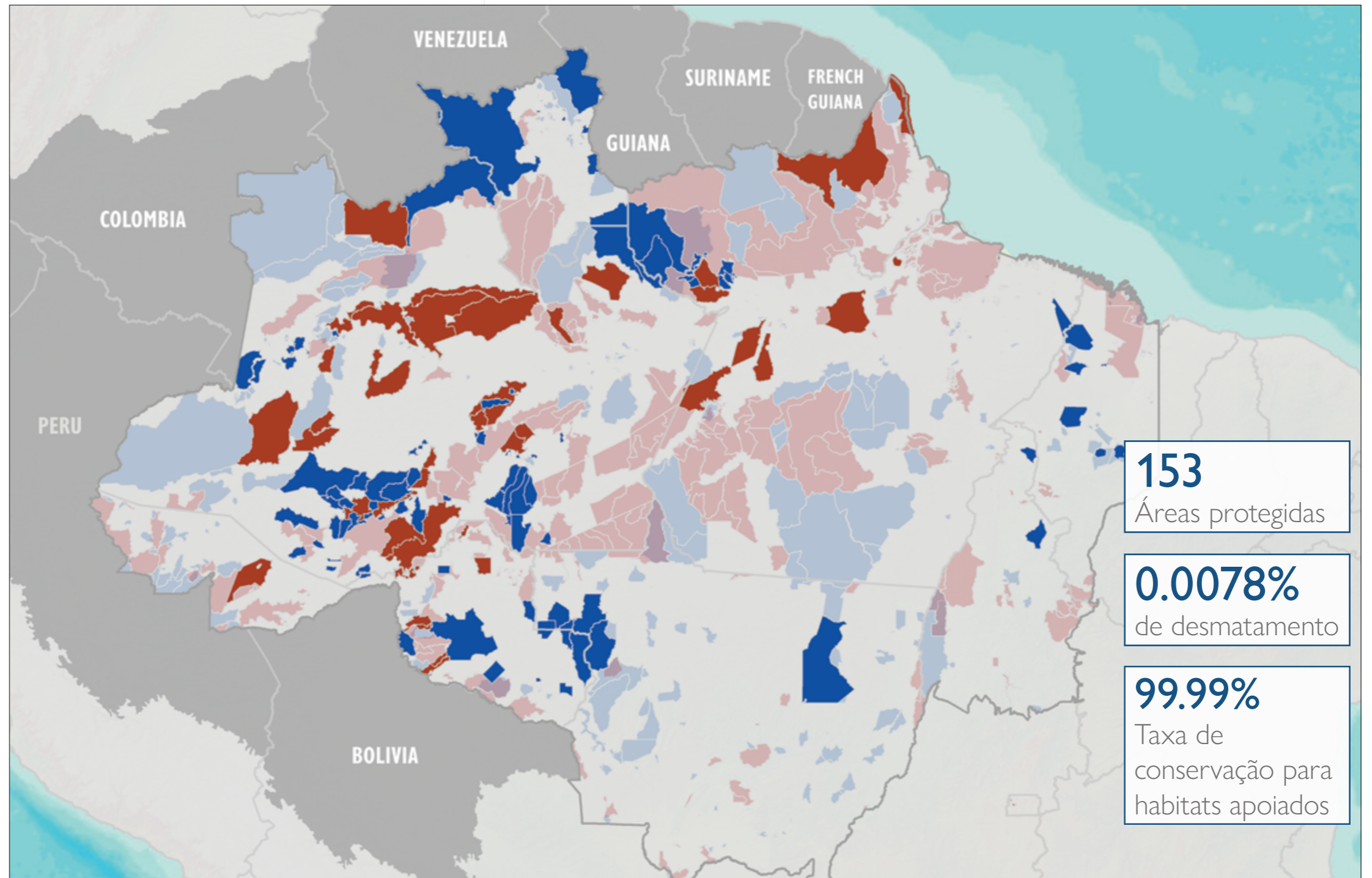
56%



# ÁREA DE ATUAÇÃO

## Portfólio de Conservação 2020

- Programas da USAID em Unidades de Conservação
- Programa da USAID em Terras Indígenas e Quilombolas
- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas e Territórios Quilombolas
- Ecorregião Amazônica
- Amazônia Brasileira

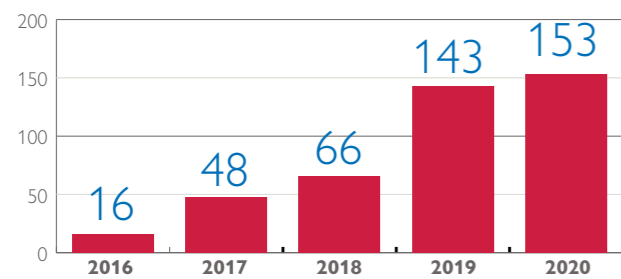


**153**  
Áreas protegidas

**0.0078%**  
de desmatamento

**99.99%**  
Taxa de conservação para habitats apoiados

Áreas protegidas apoiadas pela PCAB

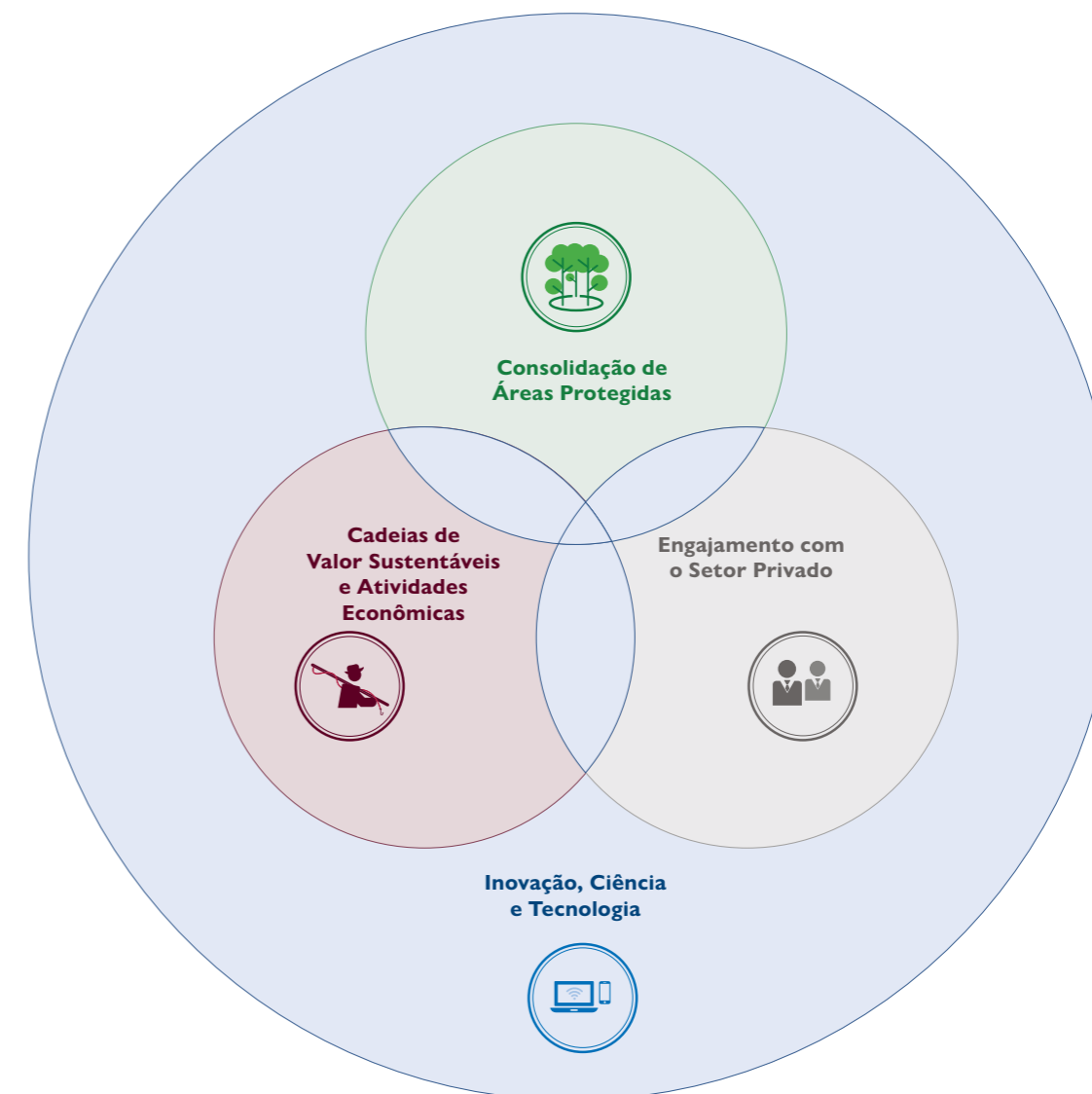


Source:Aliance/CIAT



## Quadro de Resultados (Teoria da Mudança)

A PCAB visa garantir a integridade e conservação de ecossistemas da Amazônia Brasileira nos próximos 20 anos. E, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida de comunidades amazônicas. Seus quatro objetivos principais são:



Para alcançar estes resultados, a PCAB prioriza o fortalecimento de instituições públicas e privadas envolvidas na gestão de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, o engajamento das comunidades na governança, a expansão do valor econômico da gestão sustentável das florestas e da biodiversidade para as comunidades locais, e a maior conexão do público com as belezas naturais e atrações de Parques Nacionais e outras Unidades de Conservação.

A promoção de desenvolvimento sustentável inibe atividades ilegais frequentemente vinculadas a redes transnacionais criminosas, contribuindo para a segurança regional, refreando o desmatamento ilegal, o tráfico de animais silvestres, o garimpo ilegal e o tráfico de drogas.

## Por que a biodiversidade é importante

A variedade de vida na Terra é chamada de diversidade biológica ou biodiversidade. E se aplica a microorganismos, espécies de animais e vegetais, e às diferenças genéticas dentro de cada espécie - como as que ocorrem em variedades de espécies de grãos e em rebanhos. E ainda aos diferentes ecossistemas em que os seres vivos habitam.<sup>1</sup>

A maioria do 1,75 milhão de espécies já identificadas são criaturas pequenas, como insetos. As estimativas totais variam muito: de 3 milhões a 100 milhões. Independente de quão rica seja sua biodiversidade, é na Amazônia que estão pelo menos 10% de todas as espécies vivas e 20% de todas as espécies animais. O ecossistema quente e úmido da floresta tropical está entre os principais focos de mega biodiversidade do planeta, chamados de "hotspots" - áreas de enorme biodiversidade e de espécies endêmicas, que se encontram sob pressão.

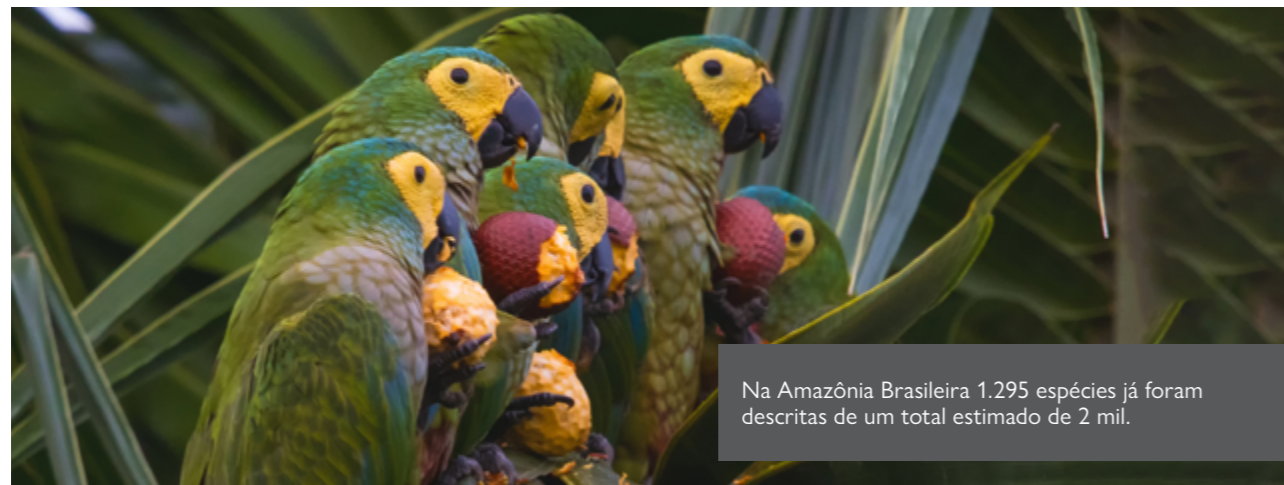
Nos últimos 50 anos, a Amazônia Brasileira (que corresponde a 60% do total do bioma) perdeu mais de 17% da sua cobertura vegetal e muitas espécies ameaçadas correm o risco de serem extintas antes mesmo de serem descobertas.

Ecossistemas, baseados na interdependência das espécies, fornecem uma grande variedade de serviços ambientais. Alguns são bem conhecidos, como a polinização, necessária para a propagação de novas plantas, inclusive a de centenas de milhares de produtos agrícolas. Outros

só começam a ser revelados agora por pesquisadores. É o caso dos rios voadores, que levam água e umidade para todo continente sul-americano e têm um efeito resfriador global. A Floresta Amazônica pode não ser o pulmão do mundo, já que absorve quase tanto oxigênio quanto libera, mas é o ar condicionado do planeta.

A perda de biodiversidade tem imensas implicações: da interrupção de abastecimento de alimentos, à perda de suprimento de água de boa qualidade; de futuros medicamentos e de solos férteis. Serviços ecossistêmicos no Brasil equivalem a 21% do Produto Interno Bruto (PIB). Estes serviços também podem ser responsáveis por até 89% da renda de 20 milhões de brasileiros nas áreas rurais e/ou florestais.<sup>2</sup>

O Relatório Global de Risco 2020 do Fórum Econômico Mundial colocou a perda da biodiversidade entre os cinco maiores riscos para a estabilidade política e econômica global nos próximos 10 anos. A perda de biodiversidade e o dano ambiental causado pelo homem também estavam entre os principais riscos na edição de 2021. Já o primeiro Relatório de Avaliação Global de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) destacou em 2019 que um milhão de espécies correm risco de extinção e importantes habitats terrestres foram reduzidos em pelo menos 20% desde 1900.



Na Amazônia Brasileira 1.295 espécies já foram descritas de um total estimado de 2 mil.

Foto: Serviço Florestal dos Estados Unidos

1 <https://www.cbd.int/convention/guide/>

2 Globe International Natural Capital - 2014  
[http://www.globeinternational.org/files/-202e484dc6-70465621\\_rwny62vn8j2errxxpiyvgy.html](http://www.globeinternational.org/files/-202e484dc6-70465621_rwny62vn8j2errxxpiyvgy.html)

## RIOS VOADORES







Photo: Paulo Rezende/Wikipedia

O Pico da Neblina, no norte do Amazonas, está a 2.995 metros acima do nível do mar e abriga espécies endêmicas.

## Novas espécies descobertas na Amazônia

Em janeiro de 2020, duas novas espécies de lagartos coletadas perto do Pico da Neblina, a montanha mais alta do país, foram descritas em uma revista científica e se tornaram objeto de uma matéria na Revista da Fapesp. Esta área, na fronteira com a Venezuela está no Escudo da Guiana e é uma das mais preservadas da Amazônia.

Sagrado para os indígenas Yanomami, o pico estava prestes a ser aberto para etnoturismo de aventura em março, após anos de planejamento. O Plano de Visitação respeitou a consulta aos Yanomami e foi construído com a ativa participação deles durante um longo processo que durou cinco anos e foi apoiado pela PCAB, com assistência técnica do Serviço Florestal dos Estados Unidos, ICMBio e Funai. A pandemia atrasou a primeira viagem de um grupo de turistas indefinidamente. A reabertura do Pico da Neblina depois de 10 anos de interrupção terá que esperar mais um pouco, até que seja seguro para os indígenas.

A biodiversidade das montanhas, que chegam aos 2 mil metros de altura, é pouco estudada

- assim como na maior parte da Amazônia. Dificuldades de acesso têm limitado os estudos ao entorno das cidades e às margens dos rios.

Os lagartos foram descobertos numa expedição científica em 2017, na qual os pesquisadores tiveram os Yanomami e o Exército como guias. O Pico, chamado pelos indígenas de “Casa de Deus” é parte das montanhas Imeri, ricas em espécies endêmicas, já que animais e plantas vivem isolados.



Riolama Grandis é uma das duas espécies de lagartos que só existem no Pico.

Foto: Renato Recoder

Um estudo publicado na revista *Nature Communications* em 2019 revelou duas novas espécies de enguias elétricas na Amazônia. Uma delas emite a maior voltagem já registrada em um animal: 860 volts. Pesquisadores também descobriram que elas podem atacar inimigos em grupo. Até agora, apenas uma espécie de enguia era conhecida na Amazônia e havia sido descrita há 250 anos



Novas enguias foram encontradas no rio Xingu

Foto: L. Sousa





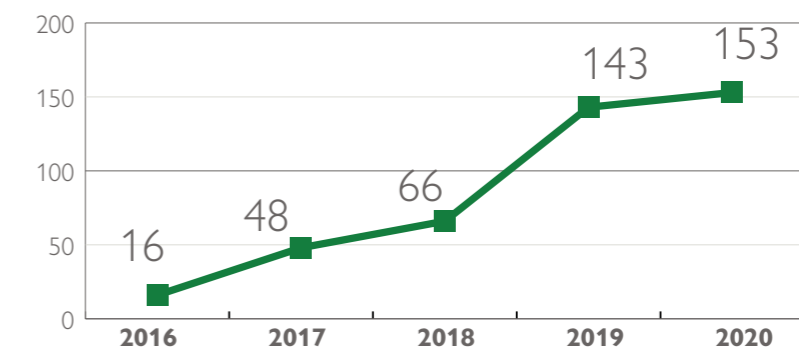
Ipê em flor, uma das árvores mais altas da Amazônia.

Photo: Juliana Nogueira/USAID

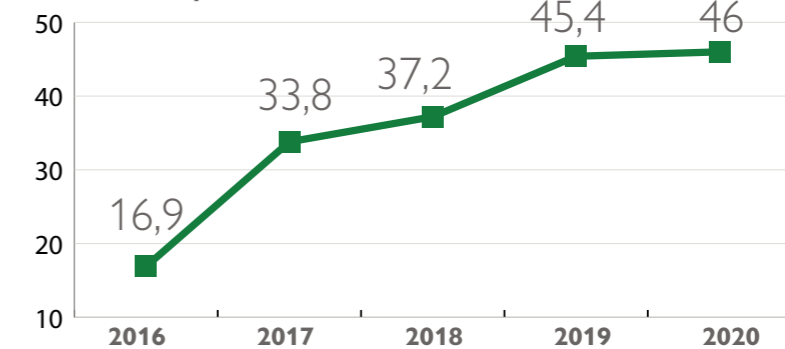


## CONSOLIDAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

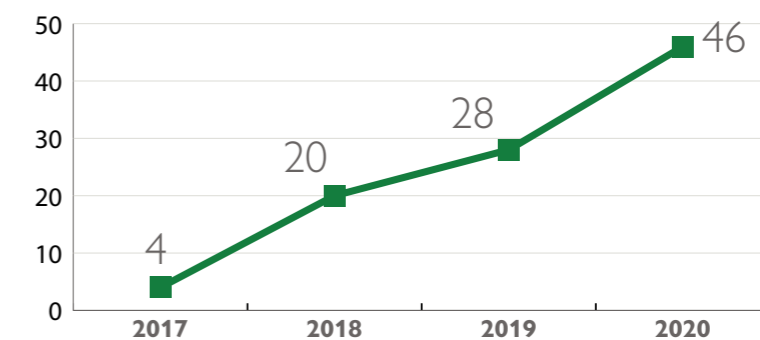
### Áreas Protegidas apoiadas pela PCAB



### Áreas Protegidas fortalecidas pela PCAB (em milhões de hectares)



### Leis, políticas ou regulamentações relativas à conservação da biodiversidade e/ou temas ambientais oficialmente propostos, adotados ou implementados





### Monitoramento Participativo da Biodiversidade (MPB)

O objetivo de monitorar a biodiversidade é avaliar como ela responde a mudanças no meio ambiente[1] e compreender os efeitos de práticas de conservação, assim como o de pressões externas como perda de habitat, exploração excessiva de espécies animais ou vegetais, queimadas, desmatamento e mudanças no clima. Por isso é importante coletar dados de longo prazo, capazes de capturar mudanças ao longo do tempo.

O Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) é parceiro implementador da PCAB e vem trabalhando para fortalecer o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Monitora) implementado pelo ICMBio através do Projeto de Monitoramento Participativo da Biodiversidade. O **monitoramento participativo é uma realidade em 18 Unidades de Conservação da Amazônia, totalizando quase 12 milhões de hectares.** Desde 2016, quando a PCAB passou a apoiar a colaboração entre o IPÊ e o ICMBio, 2 mil pessoas se engajaram em atividades de monitoramento e 333 monitores foram treinados em 50 cursos - 30% dos monitores são mulheres.

“O projeto de Monitoramento Participativo da Biodiversidade, com apoio da USAID, está promovendo a discussão científica dos resultados do projeto junto a comunidades locais amazônicas. Assim, além de fornecer informações acerca da biodiversidade amazônica, que subsidiam a gestão das áreas protegidas e o manejo de recursos naturais, está fortalecendo as comunidades locais por meio da democratização da ciência e da informação e contribuindo para a conservação da biodiversidade Amazônica.” – Cristina Tófoli, Coordenadora de Projetos do IPÊ



Resultados do monitoramento são apresentados às comunidades

Photo: Juliana Nogueira/USAID

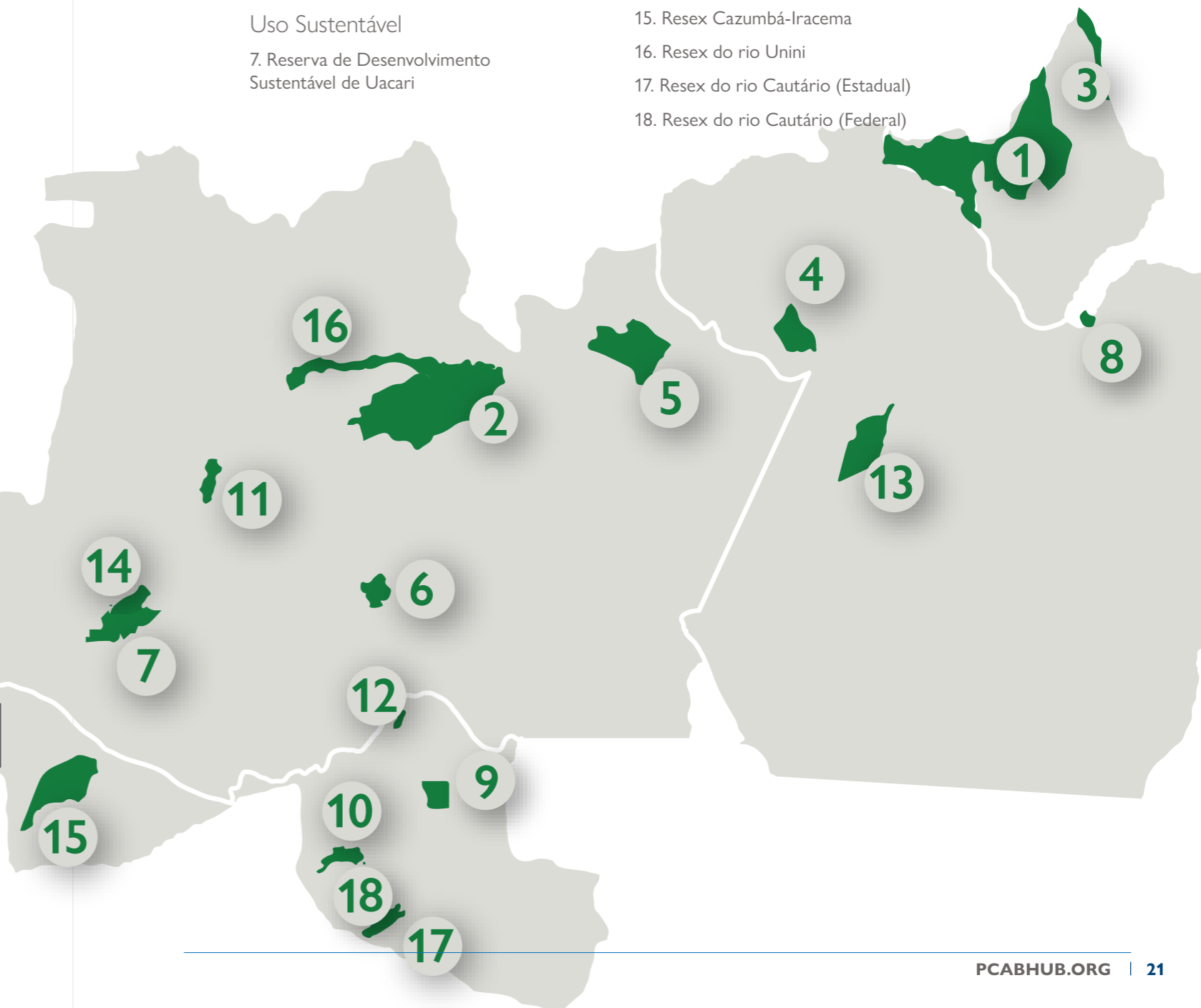
### Áreas de Monitoramento

#### Proteção Integral

1. Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque
2. Parque Nacional do Jaú
3. Parque Nacional do Cabo Orange
4. Reserva Biológica do Rio Trombetas
5. Reserva Biológica de Uatumã
6. Reserva Biológica de Abufarii

#### Uso Sustentável

7. Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari
8. Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã Baquiá
9. Floresta Nacional Jamari
10. Resex do rio Ouro Preto
11. Resex Baixo Juruá
12. Resex Lago do Cuniã
13. Extractive Reserve Tapajós-Arapiuns
14. Resex do Medio Juruá
15. Resex Cazumbá-Iracema
16. Resex do rio Unini
17. Resex do rio Cautário (Estadual)
18. Resex do rio Cautário (Federal)





Reserva extrativista de Cazumbá-Iracema



### IMPACTO EM CAMPO

#### Conhecimento tradicional e acadêmico se unem para avaliar diversidade de espécies e garantir abundância de recursos naturais da floresta

O Programa Monitoramento Participativo da Biodiversidade treina os comunitários que vivem em Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável ou no entorno de UCs de proteção integral.

E tem como base o compartilhamento de informações entre pesquisadores, gestores de Unidades de Conservação e comunidades que vivem na floresta. O levantamento de dados emprega técnicas simples, de baixo custo financeiro e operacional, acompanhado do compartilhamento de análises e interpretação coletiva de resultados.

“A inclusão das comunidades, garante a participação social não só como apoio à ciência, mas como estratégia de conservação que demonstra respeito às populações locais,” ressalta.

As informações geradas alimentam o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Monitora) e ajudam a ampliar a compreensão das variações da biodiversidade, auxiliando a direcionar os processos de gestão das áreas protegidas por parte do ICMBio e de alinhamento de políticas públicas.

O Monitora foi idealizado em 2007 e criado formalmente em 2017 como parte do Sistema Nacional de Monitoramento da Biodiversidade. A padronização é importante para gerar informações que embasem decisões de manejo das áreas protegidas, de uso de recursos localmente e regionalmente e ainda contribuam para o monitoramento global enviando dados para a Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

Na Floresta Amazônica são monitoradas árvores de grande porte, mamíferos terrestres de médio e grande porte e borboletas que se alimentam de frutas e aves de famílias selecionadas (todas espécies de interesse global). As comunidades participam da decisão do alvo de interesse regional e local, que pode ser a castanheira, mamíferos ou aves que sofram influência do manejo florestal e caça de subsistência. Peixes, tartarugas e aves migratórias também fazem parte dos alvos em regiões costeiras, alagáveis e manguezais (biomas aquático e marinho).

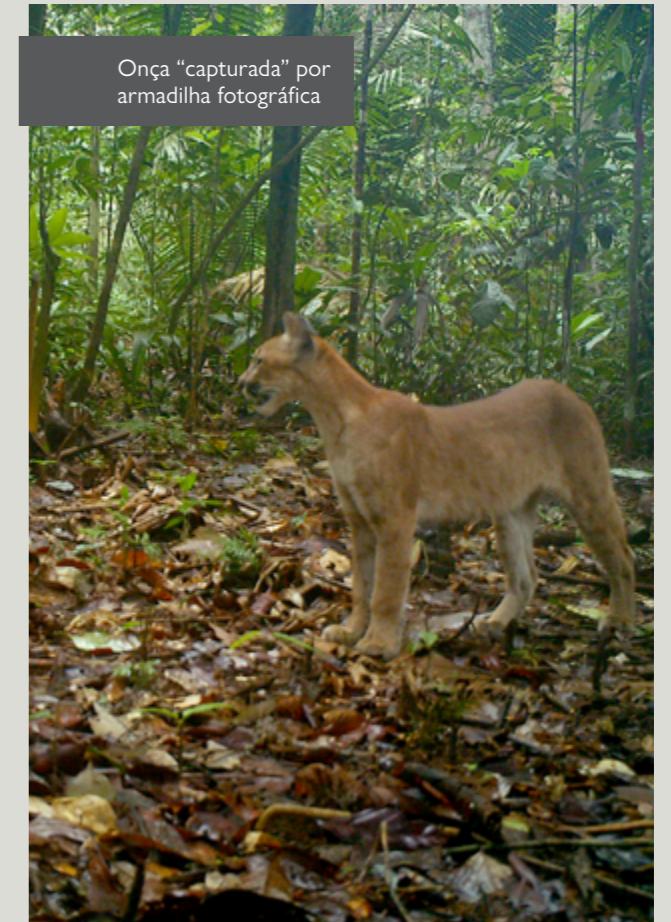
A distribuição e a quantidade de espécies são um indicativo da saúde do ecossistema. Além do monitoramento padronizado, o IPÊ desenvolveu protocolos adicionais de monitoramento junto às comunidades que participam do programa, de acordo com interesses e necessidades de cada comunidade.

“Para conservar é preciso conhecer. A ideia da participação é que as comunidades estejam envolvidas em todo o processo, desde o início: na identificação do que monitorar, na construção desses alvos, na coleta de dados, e na interpretação, análise e aplicação” explica Cristina Tófoli, Coordenadora de Projetos do IPÊ.

“A gente sempre pensou no monitoramento não só como geração da informação, mas também na informação do monitoramento diretamente aplicada na gestão da Unidade (de Conservação), no uso de recursos e no dia-a-dia das comunidades”, explica Tófoli. Por isso, nem sempre os protocolos-padrão do Monitora são suficientes para determinados locais.

Na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, no Acre, a comunidade não teve dúvida sobre que alvo escolher, porque tinha um problema e queria descobrir a solução. Seus castanhais – fonte de renda de cerca de 60 famílias – estavam envelhecendo e produzindo menos. E os comunitários não encontravam árvores jovens que os substituíssem. A castanha-do-Brasil é importante fonte de proteínas para comunidades amazônicas e, em boas safras, a produção desta amêndoa (que na verdade é uma fruta) pode ultrapassar 40 toneladas. O aumento da popularidade da castanha no resto do país e no exterior, ampliou a demanda e tornou a sustentabilidade do extrativismo anual dos castanhais ainda mais importante para a economia regional.

“O protocolo da castanha foi uma demanda da comunidade para nós”, conta Ilnaiara Souza, pesquisadora local do IPÊ e responsável pelo monitoramento na Resex: “Nosso primeiro passo foi confirmar se essas castanheiras realmente estão produzindo menos ou se isso é um padrão comum das castanheiras.



Onça “capturada” por armadilha fotográfica

Então, criamos o protocolo, em 2014, e testamos para ver se iria funcionar para a realidade local.”

A metodologia inicial identificava as mudas de castanheira em uma trilha. Quando fomos a campo, vimos que as estimativas de mudas não estavam funcionando.

#### Monitoramento Participativo em números:



**1.474 monitores em 50 treinamentos (33% mulheres)**



Mais de **2 mil pessoas engajadas** em atividades de monitoramento da biodiversidade



**26 instituições locais** envolvidas no monitoramento participativo da biodiversidade, com **10 parceiros locais** apoiando a implementação do monitoramento, análise de dados e interpretação





Castanheira sendo medida na Resex Cazumbá-Iracema

Fizemos oficinas e encontros com especialistas e grupos de coletores de castanha e, em 2016 finalizamos um novo protocolo, fácil de ser colocado em prática. Desta vez, as mudas eram estimadas em parcelas e finalmente funcionou,” reconta Souza.

Com o monitoramento, se descobriu que um dos principais problemas era identificar as castanheiras jovens. A gigante castanheira começa como uma planta sem grande distinção de outras, tornando difícil a diferenciação das espécies.

“Nós não conhecíamos os filhotes (mudas). Quando a gente estava colhendo, geralmente roçava tudo”, conta Charles dos Santos, castanheiro e monitor na Resex. As mudas acabavam sendo cortadas durante a abertura de trilhas ou o preparo ao redor das castanheiras para a coleta das castanhas, que caem em grandes cachos, de alturas que podem chegar a 50 metros. Os cachos são formados por vários “ouriços” – a fruta esférica, de casca dura, que contém de 12 a 24 sementes (castanhas) e não se quebra na queda. Os extrativistas costumam limpar a área ao redor da castanheira e colocar lonas, para que a umidade do solo não apodreça os ouriços. Eles esperam a queda dos cachos para iniciar a coleta.

As pequenas árvores passaram então a ser marcadas para que não sejam acidentalmente cortadas. “A partir do monitoramento a gente passou a conhecer os filhotes e a gente não corta mais. Ao invés de cortar, você hoje protege para ele sobreviver.”

Por meio do monitoramento, também foram identificadas outras situações que podem afetar a produção das castanheiras, como o excesso de cipós, que agora são

retirados durante o manejo. E ainda a possível influência da resina na produtividade da árvore. Com apoio da Embrapa, a pesquisa continua para confirmar ou não as suposições. “É uma certeza que a gente só vai ter daqui a uns 10, 20 anos. Agora, a gente tem tendências. Esse ano deu menos, ano que vem dá mais. A gente viu que saindo mais resina, pode aumentar o número de ouriços, mas são suposições” explica Ilnaiara.

O protocolo de monitoramento da castanha desenvolvido na Cazumbá-Iracema está sendo tão bem sucedido que está sendo ajustado e replicado em outras três Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia: Resex do Rio Cautário (Federal), Resex do Rio Cautário (Estadual) e Resex do Lago Cuniã. O objetivo é aprimorar os procedimentos para que se possa desenvolver uma metodologia padrão.

Nem sempre a proposta de monitoramento é bem recebida e membros das comunidades podem demonstrar desconfiança de início. Com tempo e convivência, ela passa a ser aceita e pode gerar grandes transformações na comunidade.

“No início, tinha gente que achava que podia impedir os caçadores de matar as caças. Eles não sabiam o que ia acontecer. Achavam que o monitoramento ia interferir,” lembra Francisco Souza Carvalho, um dos monitores da Resex. “Com a caminhada, eles viram que não era pra prejudicar, que era só para ajudar.”

Apesar da caça de subsistência ser permitida na Resex e as comunidades terem acordos de caça, era uma preocupação de muitos moradores se o monitoramento não iria funcionar como um limitador

às suas atividades. “As pessoas que vivem aqui dentro da floresta dependem dos animais. O povo que nasceu e se criou aqui dentro, eles não têm um mercado para comprar o alimento. Então o mercado das pessoas são os animais da mata que algumas pessoas comem, né?”, conta Raimundo Nonato, extrativista e monitor da Resex.

Mas o trabalho em parceria, envolvendo a comunidade, criou confiança entre os monitores e os pesquisadores e trouxe mudanças positivas. Com o monitoramento, eles perceberam que algumas das espécies caçadas estavam diminuindo: “A gente queria saber como estava a questão da caça. A anta quase não aparecia, o veado não aparecia, o porquinho do mato também”.

Francisco explica que esses animais eram caçados com auxílio de cachorros, modalidade de caça que era comum na região. Um dos objetivos do monitoramento é justamente controlar espécies que não pertencem ao bioma e que possam prejudicar o ecossistema. A comunidade então decidiu proibir a caça com cachorro e deu resultados: “A gente já viu que esses animais já estão na nossa mata de volta,” comemora Francisco.

Para Raimundo, participar do monitoramento trouxe uma compreensão mais clara do seu papel na Resex e consciência da importância da preservação: “O povo começou a entender que a gente tem que respeitar os animais, né? A gente tem que usar deles, mas também deixar eles prá que possam servir para gerações que vierem. Aí no caso, eu tenho meu filho, meu filho vai casar, ter os filhos dele. Então passar de geração para geração. Se nós acabarmos com os animais da mata, o meu filho pode não ter, o meu neto pode não ter”.

O reconhecimento do valor da observação do meio ambiente realizada pelas comunidades locais, que monitoram desde o crescimento das plantas até o comportamento dos animais, também auxilia na valorização do saber entre os comunitários. “Descobri que eu já nasci monitor. Que meu bisavô, meu avô e meu pai eram monitores. Hoje nós temos a mesma seringueira de quase 200 anos, que o meu bisavô sangrou,” conta.

Esse sentimento se fortaleceu ainda mais durante uma das atividades de monitoramento onde Raimundo e seu companheiro de trilha encontraram um veado, normalmente arisco, na trilha de 5km de extensão: “Ele estava lá no meio da trilha, e eu fui chegando. Quando dei fé, eu já estava bem pertinho dele. E ele dava uma olhadinha pra mim, mexia com as orelhas, dava uma passada pra frente, vinha mais pra perto, virava dum lado, virava do outro. E eu chamei o rapaz que vinha mais atrás e mostrei a ele. A gente ficou conversando ali e ele comendo, tranquilo. Então foi muito legal a gente ver esse animal, assim, ter esse contato. E eu senti que a gente começou a ser mais amigos dos animais.”

As informações do programa serão disponibilizadas em uma plataforma digital (SIS Monitora) e apoiarão a criação de uma ponte virtual para que os dados do monitoramento da biodiversidade sejam compartilhados no [Portal da Biodiversidade](#) do Ministério do Meio Ambiente.



Medição de castanheira na Resex Cazumbá-Iracema/Juliana Nogueira (USAID/Brasil)



Ouriço da castanha do Brasil sendo coletado na floresta





Photo: Adobe Image Stock

O boto cor-de-rosa ou vermelho é uma das duas espécies de golfinhos de água doce encontradas na Amazônia

### Resultados do Monitoramento:(julho de 2017 a dezembro de 2020)



**Mamíferos e aves:** 5.549 registros



**Borboletas:** 8,494 registros



**Caça de subsistência:** 2.987 animais de 35 espécies (até 2018)



**Monitoramento de Tucunaré:** 136.581 peixes registrados e medidos



**Castanha do Brasil:** 1.201 árvores and 79.937 frutas



**Mamíferos em áreas de manejo florestal sustentável:** 83 mil fotos registradas de 42 espécies)



**Tartarugas aquáticas:** 734 registros 8.162 ninhos, 387.317 ovos, 344.024 Filhotes



**Pirarucu:** 7.504 registros (4.237 jovens e 3,267 adultos)



**Auto-monitoramento de peixes:** 9.248 kg de pescado e 5.816 kg consumidos



**Igarapés:** 37 registros de peixes pequenos, 35 registros de libélulas



**Plantas:** 849 registros



### Impacto em campo – A tecnologia como ferramenta para acessar políticas pública

**Programa auxilia comunidades quilombolas a usar tecnologia, mapear territórios tradicionais e ampliar o acesso a políticas públicas.**



Photo: Raphael Rabelo/ECAM

Raimundo Nascimento (esquerda) exhibe certificado do treinamento no programa Compartilhando Mundos

“Quando a comunidade compreende o processo de construção (da ferramenta), ela valoriza. Não é só alguém que deixa lá alguma coisa, vai embora e depois acaba perdendo o sentido. A partir dessa compreensão, ela sabe como defender o projeto e, essa defesa é fundamental.” É assim que Raimundo Magno Cardoso Nascimento resume a importância da participação no programa Compartilhando Mundos.

Nascimento é morador da comunidade quilombola África, no município paraense de Moju - a 128 km da capital Belém. Quilombolas são descendentes de escravos que fugiram de fazendas nos séculos 18 e 19 e formaram comunidades livres (conhecidas como “quilombos”). Um em cada cinco quilombos no Brasil está na Amazônia, de acordo com dados oficiais.

O Compartilhando Mundos foi desenvolvido pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), um dos implementadores da PCAB, em parceria com o Google Earth Solidário. O projeto foi criado para “apoiar as comunidades em seus esforços para registrar seu passado, compreender seu presente e coletar informações para projetar seu futuro”, de acordo com Meline Machado, coordenadora do projeto. A

“Quando a comunidade compreende o processo de construção (da ferramenta), ela valoriza.”

Raimundo Nascimento, membro da comunidade quilombola africana.





Foto: Rafael Rabelo/ECAM

Aprendendo a analisar dados em oficina do Compartilhando Mundos

“Percebemos que não havia informações centralizadas sobre as comunidades quilombolas. Quando perguntamos aos financiadores porque não havia chamadas para projetos nessas regiões, ficamos sabendo que faltavam dados para direcionar recursos. Com o Compartilhando Mundos, queremos colocar essas comunidades no mapa, para que outros possam compreender o seu modo de viver e a sua realidade. Com isso, podemos ter um melhor entendimento da diversidade no Brasil. A diversidade é o que nos torna fortes como país”. - Vasco van Roosmalen, Diretor Executivo da ECAM.

iniciativa capacitou 140 comunidades quilombolas para mapear seus territórios e coletar dados socioeconômicos de seus membros.

“Desenvolvemos uma abordagem que atende às demandas dessas comunidades. No início, trabalhamos em sete comunidades, e o resultado foi ótimo”, diz Nascimento. O programa envolveu quilombolas em seis estados da Amazônia Legal (Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Pará e Rondônia). Procurou fornecer às comunidades ferramentas tecnológicas para identificar seus potenciais e necessidades, além de facilitar o acesso às políticas públicas.

Em todas as etapas, houve a participação direta da sociedade local. Os questionários foram aplicados em áreas que reúnem 15.679 quilombolas. O resultado é uma pesquisa sem precedentes sobre o perfil socioestrutural dessas comunidades, colocando-as literalmente no mapa.

Agora, elas têm a oportunidade de analisar todas essas informações e refletir sobre como reivindicar seus direitos, além de melhorar e fortalecer a gestão de seus territórios. Para algumas atividades, o projeto contou com o apoio da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e da ARQMO (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná).

Os jovens locais aprenderam a usar ODK (Open Data Kit, um software livre) em celulares para coletar dados e se tornarem multiplicadores em suas comunidades. As informações do questionário foram organizadas em blocos: Quem somos, reunindo dados sobre aspectos históricos e culturais das comunidades; Nossa infraestrutura, com informações sobre a estrutura das construções, bem como o acesso a água, energia, saneamento básico e infraestrutura; Nosso trabalho e Nossos direitos, incluindo cidadania, benefícios e direitos básicos.

O treinamento também apoiou as comunidades em seus esforços para acessar políticas públicas e registrar sua história e oportunidades. Todas as informações, dados e gráficos estarão disponíveis em uma plataforma online. Espera-se que a metodologia do Compartilhando Mundos seja replicada e usada por comunidades tradicionais de outros biomas brasileiros.

Para ilustrar os resultados do programa, Nascimento destaca o caso de Jambuaçu, no município de Moju. Durante as atividades de mapeamento, os quilombolas perceberam que algumas construções estavam previstas em áreas que coincidiam com seus territórios - incluindo algumas que já estavam sendo autorizadas. Quando os mapas estavam prontos, a equipe os devolveu à comunidade, que relatou o caso para agências oficiais, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Na comunidade Mojú-Mirim eles verificaram - por meio do trabalho de georreferenciamento - que uma área que moradores acreditavam estar dentro de suas terras na verdade ficava fora. Quando Mojú-Mirim ganhou a titulação da terra, a área foi deixada de fora. “Agora eles estão lutando para tentar incorporá-la novamente”, disse Nascimento, acrescentando que “a experiência deu mais visibilidade às comunidades.”

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não tem dados gerais da população que se considera quilombola no Brasil. Ela será identificada pela primeira vez no próximo Censo, adiado de 2020 para 2022 por causa da pandemia.

No entanto, o IBGE estima que o Brasil tenha 5.972 localidades quilombolas, divididas em 1.672 municípios. Do total, 404 são territórios oficialmente reconhecidos.

“Percebemos que não havia informações centralizadas sobre as comunidades quilombolas. Quando perguntamos aos financiadores porque não havia chamadas para projetos nessas regiões, ficamos sabendo que faltavam dados para direcionar recursos. Com o Compartilhando Mundos, queremos colocar essas comunidades no mapa, para que outros possam compreender o seu modo de viver e a sua realidade. Com isso, podemos ter um melhor entendimento da diversidade no Brasil. A diversidade é o que nos torna fortes como país”, diz o Diretor Executivo da ECAM, Vasco van Roosmalen.

“O trabalho mostrou o quanto as comunidades têm força e resistência, como são firmes na defesa da cultura, dos costumes. Por outro lado, elas passam por imensos desafios”, diz Machado. Entre esses desafios estão os esforços para serem incluídos nas políticas públicas e garantir seus direitos às escrituras de suas terras.

O programa Compartilhando Mundos ajudou comunidades da Amazônia Legal a desenvolver planos de manejo comunitário. Eles são baseados nas metodologias utilizadas em políticas de fortalecimento territorial e gestão ambiental, conhecidos como Planos de Vida.

Em Oriximiná, comunidades usaram os mapas culturais para registrar o passado e o presente. Um formulário socioeconômico ajudou a entender a realidade atual, podendo criar ações e estratégias para o futuro, por meio de um planejamento que trata da cultura, educação, saúde, geração de renda e muito mais.

Em 2019 e 2020, workshops em comunidades de seis estados ajudaram a treinar 600 jovens, que atuaram como multiplicadores, treinando outros moradores para aplicar as ferramentas no campo. Com isso, mais do que dobrou o número total de jovens que realizaram as pesquisas. O programa ensinou aos jovens como usar o ODK para registrar informações detalhadas sobre a situação socioeconômica e as condições das comunidades, e o Google Earth foi usado para mapear não apenas o território, mas para localizar recursos, como castanheiras, hortas e plantações de subsistência.

Machado destaca a importância de engajar os jovens em ações voltadas para replicar o conhecimento adquirido por meio do programa. “Eles planejaram as ações, visitaram diferentes territórios e treinaram outros jovens e moradores em suas comunidades”, lembra ela.

“Cada um sai com o compromisso de dar continuidade para poder realmente fazer o mapa da comunidade



Foto: Rafael Rabelo/ECAM





Photo: Rafael Rabelo/ECAM

600 jovens multiplicam o que aprenderam no treinamento em suas comunidades

com nosso olhar, da forma como a gente vivencia o dia a dia no quilombo”, afirma a jovem Laura Silva, do território quilombola Mata Cavalo, no estado de Mato Grosso.

Para Elizabete Miguel, do mesmo território, o trabalho reforçou a visão real da comunidade. “Foi muito útil porque mesmo vivendo na roça, lidando com os bichos, plantando, tendo uma vida que as pessoas consideram ultrapassada, a gente é obrigada a lidar com a tecnologia. Às vezes chegam coisas lá fora que não são reais sobre o que acontece aqui, com uma visão superficial. O levantamento é importante porque passa os dados reais, coletados em cada local, feito por nós quilombolas e com a nossa visão”.

Em 2020, CONAQ e ECAM publicaram “Quilombos e Quilombolas na Amazônia - Os desafios para o (re) conhecimento”, com o apoio da USAID, que apresenta os resultados da pesquisa em seis estados.

## Outros destaques na Consolidação de Áreas Protegidas:



Uma política nacional de Gestão de Áreas Protegidas inspirada em metodologias do Serviço de Parques dos Estados Unidos começou a vigorar com 13 oficinas de implementação voltadas para gestores. Doze planos de manejo seguindo a nova política já foram criados;



O ICMBio publicou um guia de Interpretação Ambiental e criou políticas para monitoramento de visitantes em Unidades de Conservação federais; também foi publicado um caderno como métodos para monitorar o número de turistas em áreas protegidas federais;



13 Planos de Gestão Territorial e Ambiental foram elaborados e/ou implementados;



O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), também parceiro implementador, concluiu em 2020 um projeto de micro-empréstimos a fundo perdido, aumentando a capacidade de quatro organizações indígenas. Os recursos foram usados para implementar projetos prioritários e empoderar comunidades, mulheres e jovens. .



Em dezembro de 2020 o Serviço Florestal dos Estados Unidos concluiu o componente de uso público da PCAB, realizado em parceria com a Colorado State University. O encerramento foi marcado por um webinar com mais de 100 participantes de vários países com tradução simultânea para português, inglês e espanhol. Os panelistas deram uma visão geral do projeto em parceria com o ICMBio e discutiram os resultados, estratégias e lições aprendidas. O seminário está disponível online. Mas informações podem ser encontradas no website da PCAB. O Serviço Florestal dos Estados Unidos manteve o seu papel de fornecer assistência técnica para o governo brasileiro na cooperação de manejo de fogo, liderada pelo Escritório Regional da USAID na América Latina e Caribe, com a participação da USAID/Brasil.





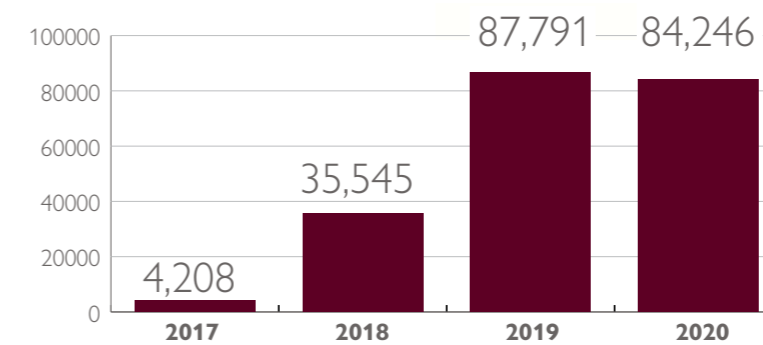
Pesca sustentável de pirarucu no Médio Juruá

Marizilda Cruppe/Gosto da Amazônia - Gosto da Amazônia

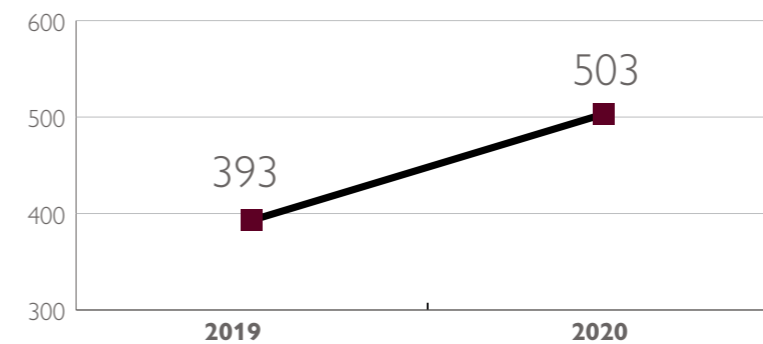


## EXPANSÃO DE CADEIAS DE VALOR

**Pessoas que tiveram melhorias socio-econômicas ligadas às cadeias de valor do PCAB**

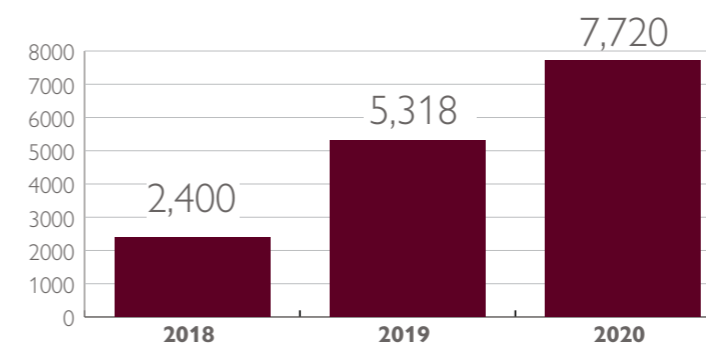


**Associações, grupos, organizações e/ou instituições que receberam treinamento em gestão de recursos naturais sustentáveis e/ou conservação da biodiversidade**



Em 2020, **8.277** pessoas tiveram melhoria de condições de vida com a assinatura de **66 contratos** de cadeias de valor com vendas no total de **R\$ 8 milhões (US\$1.8 milhões)**.

**Pessoas treinadas em gestão de recursos naturais sustentáveis e/ou biodiversidade**



Em 2020, mulheres representaram 49% dos que tiveram melhorias socioeconômicas (47,8% em 2019).





Juliana Nogueira/USAID

Cacau em sistema agroflorestal apoiado pela PCAB

### Cadeias de Valor Sustentáveis

O consórcio de parceiros locais que implementa o projeto de Cadeias de Valor Sustentáveis e Gestão Ambiental de Áreas Protegidas na Amazônia da PCAB em parceria com o ICMBio, conta com assistência técnica do Serviço Florestal dos Estados Unidos.

Através deste componente, a PCAB fornece treinamento, assistência técnica, ferramentas, processos e facilita contatos para comercialização e mercados com o objetivo de apoiar comunidades a se tornarem autossustentáveis. Garantindo que as cadeias de valor da floresta da qual dependem possam contribuir para melhorar seu bem-estar e, ao mesmo tempo, para aumentar o valor da floresta em pé localmente. Ao ampliar os benefícios socioeconômicos através da abordagem de cadeias de valor, estas comunidades são estimuladas a proteger a floresta e seus recursos.

Em 2019, sob a liderança do Serviço Florestal dos Estados Unidos, o projeto de cadeias de valor apoiou a consolidação de oito cadeias de valor em 23 áreas protegidas, incluindo nove Terras Indígenas. No total, 64 contratos foram assinados, com vendas no valor de R\$ 13,5 milhões (US\$ 2,7 mi), beneficiando mais de 6 mil pessoas.

Quilombolas apoiados pela Parceria Público-Privada liderada pela ECAM fecharam um contrato com a empresa suíça Firmenich para a venda de óleo de copaíba, aumentando a renda local em 429%, em 2019.

A pandemia desacelerou o progresso no suporte de 46 produtos de cadeias de valor, incluindo castanha do Brasil, pirarucu, açaí, óleos essenciais e madeira (manejo florestal comunitário e certificado) em 2020.

Por causa do aumento da vulnerabilidade de comunidades tradicionais e povos indígenas na Amazônia, contatos presenciais foram interrompidos em março. Uma proibição de acesso a áreas protegidas se seguiu, para impedir o contágio destas populações pelo coronavírus.

Como a maior parte do programa da USAID/Brasil no país é na Amazônia Legal se dá em áreas remotas, com acesso limitado à internet, a comunicação se mostrou um grande desafio. Alguns programas instalaram conexões de internet em áreas rurais, parte das Unidades de Conservação foram abertas novamente, mas a conectividade e o acesso continuam a ser desafiantes.

Ainda assim, o consórcio liderado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e formado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN), Fundação Vitória Amazônica (FVA), Pacto das Águas, Memorial Chico Mendes (MSM) e Instituto Mamirauá de Desenvolvimento Sustentável (IDSM) permitiu que a PCAB apoiasse cadeias de valor em 43 áreas protegidas em 2020, incluindo 14 territórios indígenas; com intervenções para melhoria de gestão em açaí, castanha do Brasil, pirarucu e manejo florestal comunitário e familiar. Um total de 66 novos contratos beneficiaram 8.277 pessoas com a geração de **R\$ 8 milhões em 2020**.




Mais de 100 contratos foram assinados em 2019/2020, aumentando o bem estar de mais de 8 mil pessoas e gerando um total de R\$ 22,5 milhões.



### PARCERIAS EM PRODUTOS DE CADEIAS DE VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE 2019/2020

O componente de cadeias de valor da PCAB resultou no aperfeiçoamento da organização social e no aumento do poder de barganha, na adoção de novas políticas em melhores condições de trabalho, no acesso a novos mercados, aumento no volume de vendas, contratos justos e melhores preços. A Plataforma de Parceiros pela Amazônia (PPA) também trabalhou para organizar e desenvolver cadeias de valor na região.

#### Produtos Chave

-   
Madeira
-   
Açaí
-   
Copaiba
-   
Castanha do Brasil
-   
Pimenta Indígena
-   
Guaraná
-   
Cumarú
-   
Pirarucu
-   
Turismo
-   
Cacau
-   
Artesanato
-   
Borracha
-   
Babaçu





## Castanhadora

A castanhadora foi idealizada e desenvolvida dentro do coletivo SEMEAR Castanha. Ao final do curso modular FORMAR Castanha, coordenado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) dentro do guarda-chuva da PCAB, os participantes que se aprofundaram nos diferentes aspectos de comercialização da cadeia de valor da castanha decidiram continuar a jornada e multiplicar o aprendizado, criando o coletivo para o incentivo da cadeia produtiva da castanha.



### Impacto em campo - Inovação

#### Calculadora para extrativistas ganha prêmio de inovação

Popular entre os que procuram uma alimentação saudável e rica em proteínas, a castanha do Brasil tem um elo bastante frágil em sua cadeia de valor: o extrativista. Ribeirinhos e indígenas rumam para castanhais dentro da floresta a partir de janeiro e fevereiro e se dedicam a um trabalho pesado.

Os cachos, com vários cocos esféricos de uma casca dura como a do tronco da árvore, começam a cair em dezembro, na estação de chuvas da Amazônia. Eles despenham do alto do tronco da castanheira de alturas que vão de 20, 30 a até 50 metros. Mesmo assim, os chamados “ouriços” não se quebram e poucos animais, como a anta, têm dentes fortes o suficiente para roer a casca grossa e chegar às amêndoas.

Para coletar as castanhas, é preciso quebrar os ouriços antes que a umidade afete as castanhas. Eles são quebrados um a um, ensacados ou colocados em grandes cestos de palha e transportados nas costas, em canoas ou em pequenas motocicletas. Extrativistas nem sempre consideram fatores como alimentação, transporte, combustível, ferramentas e mão de obra no cálculo dos gastos e não sabem qual o custo real envolvido.

Sem condições de ir a grandes centros vender a produção, a maioria dos extrativistas da Amazônia depende de atravessadores, que compram sua produção e fixam o preço. Na floresta, a castanha é vendida a R\$ 2/quilo em anos de safra generosa, quando os preços despenham pelo aumento da oferta. E podem chegar aos consumidores de grandes cidades brasileiras a R\$ 90 ou R\$ 100 por quilo.

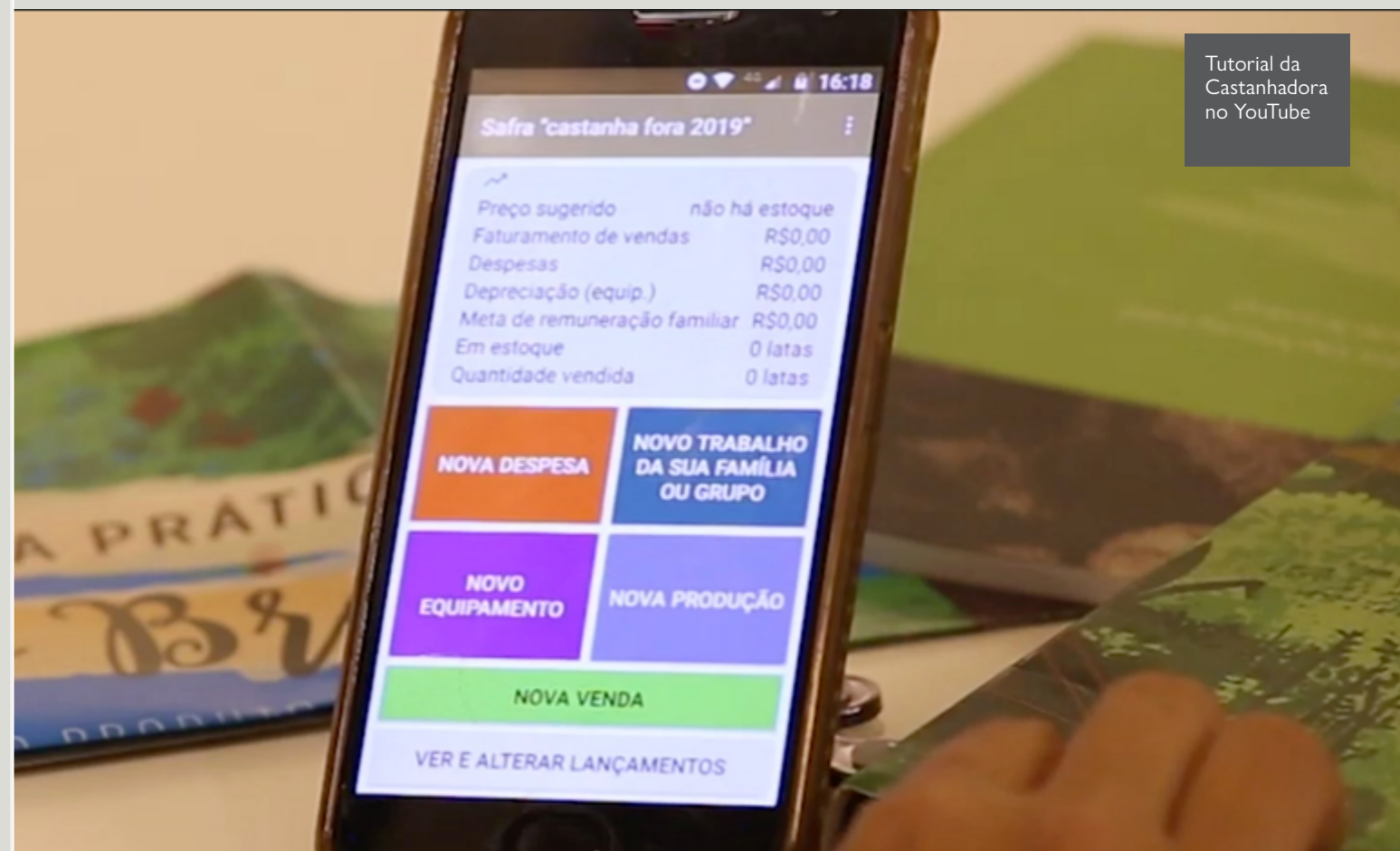
Um aplicativo leve (2,4M), concebido por técnicos e um grupo de 35 extrativistas de Rondônia e Amazonas, começa a mudar o cenário de desinformação e dependência em que vive a maioria dos milhares de castanheiros amazônicos.

“No aplicativo dá pra saber quantas latas ou barricas faltam produzir pra obter o saldo que precisamos”, diz Paulo Silva da Costa, da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, em Rondônia, que trabalha com sua família na coleta da castanha.

Batizada de Castanhadora, a calculadora de custos traz perguntas simples que orientam no cálculo dos custos e funciona sem precisar de rede de internet.

Lançada em outubro de 2019, foi uma das 12 vencedoras do Desafio em Inovação, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os R\$ 100 mil do prêmio foram usados na divulgação, que inclui vídeos explicativos gravados por uma das extrativistas que participou do projeto e disponibilizados no YouTube. Oficinas presenciais foram substituídas por tutoriais online.

“Ainda é cedo para avaliarmos os resultados e alguns ainda são resistentes ao uso, mas aos poucos estamos quebrando esse paradigma, sobretudo entre os jovens, que passaram a trocar ainda mais informações em grupos de WhatsApp sobre



Tutorial da Castanhadora no YouTube

os diferentes preços praticados e formas de utilização do app”, explica André Tomasi, assessor de projetos do IEB.

A Castanhadora foi idealizada e desenvolvida dentro do coletivo SEMEAR Castanha. Ao final do curso modular FORMAR Castanha, coordenado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) dentro do guarda-chuva da PCAB, os participantes que se aprofundaram nos diferentes aspectos de comercialização da cadeia de valor da castanha decidiram continuar a jornada e multiplicar o aprendizado, criando o coletivo para o incentivo da cadeia produtiva da castanha. Além de castanheiros, o coletivo reúne organizações de apoio técnico, associações comunitárias, movimento social, pesquisadores e órgãos estaduais.

Instituições parceiras do IEB como Pacto das Águas, a Operação Amazônia Nativa (OPAN) e a Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para

Autogestão (EITA e, Fundação Vitória Amazônica participaram do desenvolvimento do aplicativo. A Castanhadora pode ser baixada no Google Play.





## Impacto em campo - Conquistando novos mercados

### Ajudando ribeirinhos a abrir novos mercados com a entrada do pirarucu em restaurantes de primeira linha

O pirarucu selvagem, maior peixe de água doce com escamas do mundo, é um dos principais símbolos da Amazônia e quase desapareceu dos rios da região por causa da pesca predatória. Graças ao manejo comunitário, iniciado há mais de 20 anos por ribeirinhos e indígenas, também passou a simbolizar uma das iniciativas bem-sucedidas de conservação da biodiversidade e de geração de renda para as populações locais.

Gosto da Amazônia, projeto implementado por um consórcio de instituições amazônicas juntamente com o Sindicato de Bares do Rio de Janeiro, que conta com o ICMBio como parceiro implementador e recebe apoio técnico do Serviço Florestal dos Estados Unidos, busca abrir mercados nas grandes cidades do país para o consumo da carne do pirarucu selvagem manejado. O peixe, que pode pesar até 300 quilos vive em lagos que se formam após o fim das chuvas de verão, quando as margens inundáveis dos rios secam. Se reproduzem e voltam a se movimentar livremente nos rios, na próxima estação de chuvas. Nas áreas de manejo sustentável, cotas para pesca são autorizadas pelo Ibama.

Quando o projeto de manejo começou, na década de 1990, a pesca predatória havia deixado tão poucos pirarucus que comunidades como a dos indígenas Paumari, em Rondônia tiveram que esperar 10 anos para poder reintroduzir o peixe em sua dieta e iniciar a comercialização.

Criado em abril de 2019, o projeto que também teve apoio da Cooperação Alemã, incentiva o desenvolvimento sustentável de comunidades envolvidas no manejo do peixe, com geração de renda fortalecimento das associações locais na região do Médio Juruá- um grande rio sinuoso que corta a floresta no estado do Amazonas por mais de 3 mil km e desagua no rio Solimões (nome do rio Amazonas antes do encontro com o rio Negro, em Manaus).

Mesmo com a pandemia da Covid-19, que afetou sensivelmente o setor gastronômico, o pirarucu selvagem foi destaque em dois eventos de 2020 -- no Festival Delivery do Rio Gastronomia para apoiar bares e restaurantes cariocas durante a pandemia, e no Festival Gosto da Amazônia, que durante dez dias de novembro de 2020 ofereceu receitas com o pescado amazônico em mais de 20 restaurantes de São Paulo. Muito apreciado nos estados amazônicos, o pirarucu ainda é pouco conhecido no resto do país e os clientes costumam preferir peixes importados, como o bacalhau e o salmão. As espécies de peixes ribeirinhos não são vistas nesses mercados como produtos de alta qualidade. Para enfrentar esse desafio, o Gosto da Amazônia tem mostrado que o pirarucu é um produto saudável e de comércio justo, preservando a floresta.

Em 2019, 10 renomados chefs de cozinha do Rio de Janeiro visitaram as áreas de produção e conheceram o potencial do pirarucu na gastronomia. Ao longo daquele ano foram realizados três eventos para mostrar modos de preparo e formas de saborear o peixe. Alguns desses chefs passaram a atuar como uma espécie de “embaixadores” do pirarucu,

Em 2020, o Serviço Florestal dos Estados Unidos contribuiu para a inclusão do pirarucu sustentável na política de preços mínimos do governo e ainda para abrir mercados com a parceria Gosto da Amazônia. Apoiado pela USAID, o projeto também está a caminho de ganhar a primeira certificação orgânica para um peixe selvagem no país.

Foto: Marizilda Cruppe //Gosto da Amazônia



Redes usadas na pesca sustentável do pirarucu no Médio Juruá

ajudando a divulgar as qualidades do pescado, que é conhecido no Pará como bacalhau de água doce.

Além de melhorar a condição socioeconômica das populações ribeirinhas através do manejo do peixe e reintroduzir uma fonte importante na dieta, as comunidades locais experimentaram benefícios colaterais, como o empoderamento de mulheres e o aperfeiçoamento do monitoramento dos territórios.

No Médio Juruá, as mulheres são responsáveis pelo processamento, limpeza e higienização do peixe, enquanto os homens pescam. Quilvinene Cunha, presidente da Associação Agroextrativista das Mulheres do Médio Juruá fala das mudanças: “No passado, a gente ajudava e cozinhava, mas agora participamos das reuniões. Não estamos mais só na cozinha”. Como há interesse, as mulheres irão receber treinamento na contagem dos pirarucus nos lagos. “Acho que as mulheres vão ser muito boas nisso. Elas são boas observadoras”, acredita.

Um estudo publicado em 2020, sob a coordenação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte mostrou que, nas comunidades ao longo do rio Juruá onde há manejo sustentável, 77% das mulheres recebem pagamentos pelo seu trabalho. Em comunidades onde não há manejo, apenas 8% são remuneradas, já que sua participação é vista como extensão do trabalho doméstico.

Em 2020, o Serviço Florestal dos Estados Unidos contribuiu para a inclusão do pirarucu sustentável na política de preços mínimos do governo e ainda para abrir mercados com a parceria Gosto da Amazônia. Apoiado pela USAID, o projeto também está a caminho de ganhar a primeira certificação orgânica para um peixe selvagem no país.





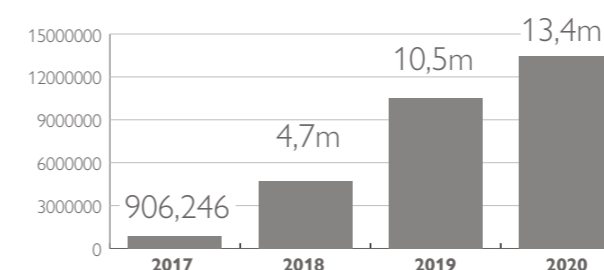
Dendê sendo colhido no Sistema de Agrofloresta do projeto da Natura, em Tomé-Açu, no Pará

Foto: Natura/Arquivo

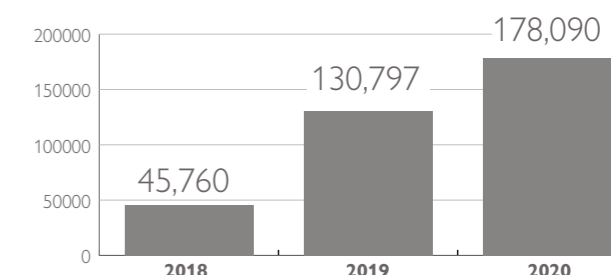


## ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO

Recursos do setor privado



Número de pessoas beneficiadas por atividades do setor privado



O setor privado precisa ser parte da solução e promover ativamente uma economia na Amazônia que empodere comunidades sustentáveis, onde desenvolvimento e melhores condições socioeconômicas andem de mãos dadas com a conservação da biodiversidade.

Buscando dar escala a melhores práticas e forjando novos modelos de parcerias, a USAID/Brasil utiliza sua experiência e o know-how de seus parceiros para atrair investimentos, financiamento social e mobilizar crédito. Ao facilitar a ação coletiva do setor privado, ajudou a fortalecer Parcerias Público-Privadas (PPPs), que incluíram empresas como Coca-Cola, Ambev, Google Earth Outreach, Natura e Mineração Rio do Norte (MRN).

A USAID também buscou o apoio de parceria liderada pelo setor privado para fomentar novos modelos econômicos sustentáveis para a região e para promover iniciativas conjuntas entre a sociedade civil, governos estaduais e municipais, juntamente com grandes empresas, incluindo os interesses de comunidades locais em decisões sobre desenvolvimento.

Atividades de engajamento do setor privado representaram 40% do orçamento da missão nos últimos dois anos, com a mobilização R\$ 52,5 milhões (US\$ 10,5 mi) em recursos do setor privado em 2019 e de R\$ 67 milhões (US\$ 13,4 mi) in 2020, apesar das incertezas trazidas pela pandemia.

Com participação direta no co-design, a USAID e seus parceiros testemunharam o lançamento do primeiro fundo de investimento de impacto dirigido exclusivamente para a Amazônia. O ABF ofereceu R\$ 7 milhões (US\$ 1,4 million) em cartas de interesse a startups selecionadas para participar do Programa de Aceleração da Plataforma de Parceiros pela Amazônia (PPA).

O piloto de um Fundo Quilombola Fund financiado pela MRN está investindo mais de 1 milhão de reais (US\$ 230,000) no desenvolvimento de prioridades definidas por comunidades vizinhas da mina de bauxita da empresa, às margens do rio Trombetas. O piloto testa a capacidade de governança do fundo. Entre as prioridades estão saúde, educação e outras necessidades, compiladas numa pesquisa que serviu de linha de base para planos de gestão ambiental e territorial em comunidades quilombolas, chamados de Planos de Vida.

A PPA reúne empresas comprometidas em promover inovação e sustentabilidade em seus negócios na região e, em 2019 também expandiu seu alcance para o Pará, passando a atuar nos dois maiores estados da região.

Um sistema robusto de Monitoramento e Aprendizado está sendo moldado para mensurar impactos e gerar aprendizados a partir desta nova abordagem estratégica.



Oficina do Programa de Aceleração da PPA



Foto: Idesam

### Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA)

No papel de catalisadora, a USAID/Brasil facilitou a criação da Plataforma Parceiros pela Amazônia, lançada em dezembro de 2017. A PPA é um dos primeiros exemplos na região de uma plataforma liderada pelo setor privado para facilitar ação coletiva no desenvolvimento comum de soluções de conservação.

Os principais objetivos da PPA são: alavancar investimentos socioambientais; compartilhar melhores práticas, modelos e lições aprendidas na experiência das companhias que operam ou buscam insumos na Amazônia; criar soluções compartilhadas para os desafios específicos da região; e promover novas parcerias inovadoras que funcionem com eficiência.

Além de utilizar sua longa experiência em forjar parcerias com o setor privado no país (a exemplo da Mais Unidos) e fornecer aconselhamento técnico, junto com a Alliance Bioversity/CIAT a USAID/Brasil tem o compromisso de avaliar os resultados a longo prazo e aprender como a plataforma pode alavancar impactos positivos na conservação da biodiversidade amazônica.

Implementada inicialmente por organizações da sociedade civil - Peabiru no Pará e Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia (IDESAM) no Amazonas, a PPA agora tem seu próprio Secretariado Executivo. Lançado em 2018, seu programa de aceleração já acelerou 30 startups e investiu em 12 diferentes setores. Todas receberam mentorias individualizadas, acompanhamento dos negócios, participaram de webinários, bolsas de estudo e apoio logístico para participação em eventos e cursos, além de assessoria nas áreas contábil, jurídica e de marca.



USAID/Brasil tem o compromisso de avaliar os resultados a longo prazo e aprender como a plataforma pode alavancar impactos positivos na conservação da biodiversidade amazônica.

O programa foi escolhido como um dos cinco melhores do Brasil e considerado o melhor da região Norte pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Investimentos Inovadores (Anprotec), em 2019.

Em dois anos, investiu mais de R\$ 7,5 milhões (US\$1.5 mi) com apoio da USAID, do Instituto Humanize Institute e Fundo Vale em financiamento misto (blended capital), envolvendo recursos privados e filantrópicos. A Aceleradora se desenvolveu, ganhou independência e tornou-se a Aceleradora de Impacto (AMAZ), em 2021. A PPA vai continuar a desenvolver soluções de aceleração para a região com conexão com a conservação da biodiversidade.

O Prêmio PPA de Empreendedorismo foi concedido em 2019 a três startups que se destacaram: Instituto Ouro Verde, que apoia agricultura familiar; Serras Guerreiras de Tapuruquara dedicada ao etnoturismo em Terras Indígenas; e Cacaaway, uma marca de chocolate sustentável.

Em função das restrições impostas pela pandemia a Rodada de Negócios do Programa de Aceleração e o prêmio de empreendedorismo foram cancelados em 2020.



### Mais Unidos

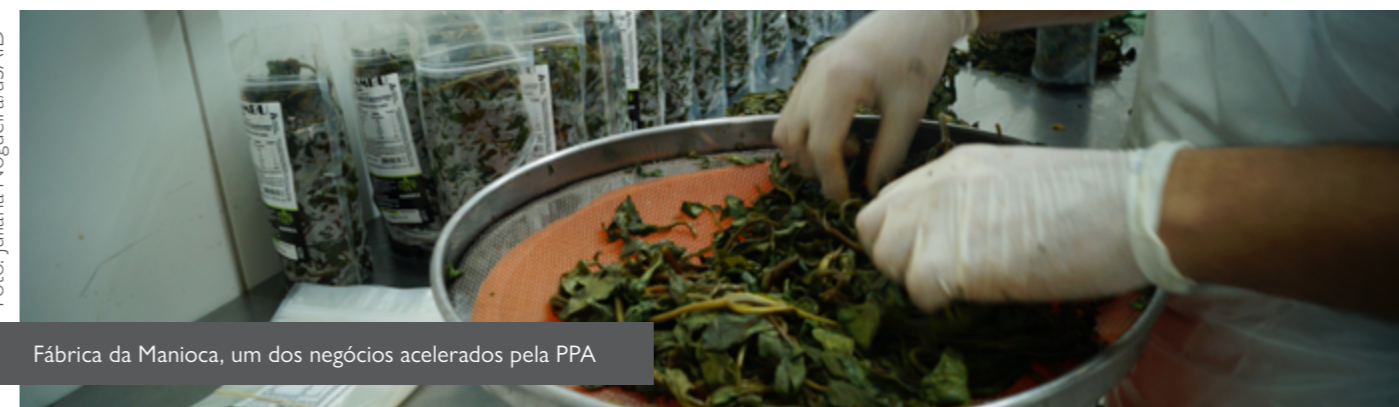
A plataforma de educação e tecnologia do setor privado foi inspirada pela USAID e, desde 2006, vem trabalhando com jovens para aumentar o acesso a recursos econômicos e produtivos através da capacitação, de investimento social e de Parcerias Público-Privadas com o Estado de São Paulo.

Reunindo mais de 30 empresas, a plataforma investe em ciência, tecnologia e inovação e vem ampliando seu alcance ao longo do tempo.

Apesar de ser uma plataforma autônoma há vários anos, sem financiamento da USAID, a agência ainda participa do Conselho e seu papel é apoiar na governança e dar assistência técnica e direcionamento.

Promovendo investimento social, engajamento e troca de experiências no mundo corporativo, a Mais Unidos é um exemplo da força do setor privado em promover mudanças. A USAID/Brasil utilizou esta experiência em apoiar a primeira plataforma do setor privado no apoio à criação da PPA.

Foto: Juliana Nogueira/USAID



Fábrica da Manioca, um dos negócios acelerados pela PPA



### Lançamento da PPA no Pará

“Quem imaginaria há 15 anos que empresas do setor privado e ONGs estariam sentadas em volta da mesma mesa?” perguntou Marcelo Brito, Presidente da Agropalma e diretor da Associação Brasileira do Agronegócio ao abrir o seminário de lançamento da PPA no Pará, em novembro de 2019.

Falando para uma audiência de mais de 100 representantes de negócios, organizações da sociedade civil, academia e agências governamentais, Brito comemorava o diálogo, interpretado como um “marco no relacionamento entre as empresas envolvidas e entre empresas e outros setores da sociedade em favor da sustentabilidade e da conservação nas palavras do diretor do Instituto Peabiru, João Meirelles.

Bernardo Ricco, ex vice-administrador da USAID para América Latina e Caribe, estava presente no evento que também lançou o fundo Althelia de Biodiversidade\* - primeiro fundo de investimento de impacto exclusivamente para a Amazônia. E notou que “contribuir para o crescimento do PIB nacional enquanto conserva florestas e biodiversidade não é uma tarefa fácil. É uma jornada que requer trabalho conjunto, colaboração e inovação”.

Os painéis do seminário destacaram alguns exemplos de como a PPA poderia chegar a este objetivo. Uma quebradeira de coco do Maranhão, que busca o coco do babaçu em uma área de Reserva Legal na fazenda

da Suzano (maior fabricante de papel e celulose no país) explicou a parceria entre a empresa e as extrativistas e disse que as condições de trabalho haviam melhorado: “Ficamos preocupadas quando a Suzano comprou a área, mas agora temos mais acesso e mais apoio” disse Zuleide Pereira de Souza, da Associação de Quebradeiras de Coco de Coquelândia.

Foto: Maycon Nunes/Peabiru

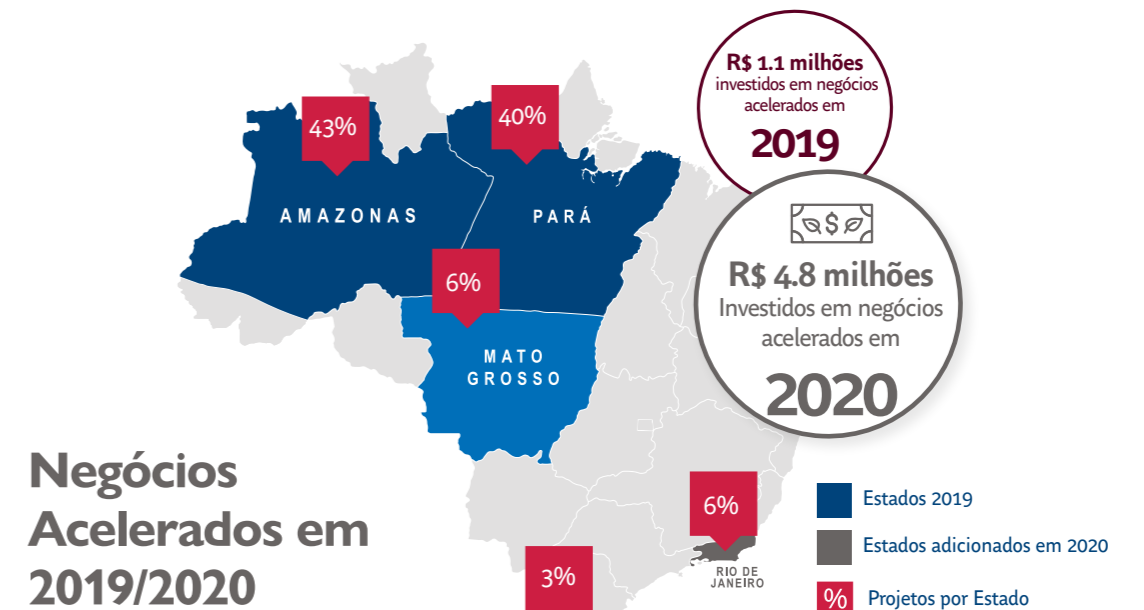


Marcello Brito, da ABAG: diálogo entre empresas e sociedade civil é um marco.



Zuleide Souza é uma das quebradeiras de coco do Maranhão que faz extrativismo em uma fazenda da Suzano

Photo: Juliana Nogueira/USAID



### Membros da PPA



### Conselho Deliberativo



### Rede de membros





## Investimento de Impacto

### Usando mitigação de risco para trazer investimento privado para conservação da biodiversidade.

No início de 2019, a SITAWI, membro da PPA e parceira implementadora da PCAB, completou uma avaliação robusta sobre investimentos de impacto na Amazônia Legal. Uma região que engloba toda a Região Norte e partes do Maranhão, do Mato Grosso e de Tocantins. O estudo “Investimentos de Impacto na Amazônia: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável” identificou mecanismos de investimento disponíveis, tipos de empreendimentos, cadeias de valor, obstáculos presentes e oportunidades de investimento, com o objetivo de ter um quadro sólido como linha de base para fomentar discussões e estruturar o processo de decisão.

A avaliação da organização especializada em soluções financeiras para impactos sociais e ambientais positivos tinha como público-alvo não apenas os parceiros da PCAB, mas especialistas em conservação e ação social e investidores. O estudo foi visto como uma contribuição para a criação de novos modelos inovadores de negócios.

As conclusões mostraram que, apesar de haver cadeias de valor com alto potencial, mercados internacionais estabelecidos (como manejo florestal e castanha do Brasil) e demanda crescente, como para extrato de açaí, faltava investimento de impacto: o tipo de investimento que busca benefícios ambientais e sociais juntamente com retorno financeiro.

A região Amazônica tinha uma carência de crédito de risco e apoio público inadequado para estimular negócios alinhados com sustentabilidade. Para promover uma economia sustentável seria necessário atrair investidores que pudessem trazer abordagens de mitigação de riscos, como garantias para possíveis perdas.

Para motivar investidores e empreendedores para investimentos de impacto na região e lidar com as barreiras conhecidas - operar em áreas remotas com falta de infraestrutura, baixos índices socioeconômicos, “cultura de negócios ultrapassada” e níveis de serviço limitados-apoio financeiro e assistência técnica também foram considerados necessários.

Segundo a SITAWI, estes novos mecanismos financeiros seriam necessários não só com estratégias de mitigação de risco e capital não reembolsável, mas também com um modelo de financiamento misto (blended finance). Uma perspectiva mais orientada pelo mercado na escolha das cadeias de valor a receber investimentos também seria desejável, dirigindo recursos para cadeias capazes de trazer impactos socioambientais positivos juntamente com sustentabilidade financeira.

“Estas estratégias de mitigação de risco precisam ser incorporadas a mecanismos financeiros especialmente desenhados para tipos específicos de empreendedores e de cadeias de valor, para maximizar a efetividade”.

SITAWI

“Estas estratégias de mitigação de risco precisam ser incorporadas a mecanismos financeiros especialmente desenhados para tipos específicos de empreendedores e de cadeias de valor, para maximizar a efetividade”, prescreveu o estudo.

Como parceiro de longa data da USAID, trazendo a experiência de pesquisa para desenvolvimento e soluções baseadas em evidências para salvaguardar a biodiversidade na agricultura, o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT - que em 2020 passou a ser parte da Alliance of Bioversity International/ CIAT) compartilhou com a USAID/Brasil a tarefa de utilizar a PPA como campo de testes para atrair o tipo de investimento privado necessário para transformar a forma de exploração de recursos naturais e de fazer negócios na Amazônia.

Juntos, USAID e Alliance/CIAT entraram no desafio de promover a criação de mecanismos inovadores, mas também de estudar os seus efeitos e aprender que soluções para pequenos negócios têm mais êxito e maior chance de contribuir para a conservação da biodiversidade na região.

“Foi um processo no qual a USAID estudou as estratégias de conservação em curso na Amazônia. Sem segurança econômica, algumas pessoas se envolvem em atividades ilegais como garimpo e madeira ilegal. Pode ser um círculo vicioso,” explica Wendy Francesconi, líder no Brasil de Serviços Ecosistêmicos e Ambientais da Alliance/CIAT.



Pirarucus sendo limpos em comunidade do Médio Juruá

Foto: Arquivo USAID



A PPA é um campo de testes para atração do capital privado necessário para a transformação da forma de explorar os recursos e fazer negócios na Amazônia

Foto: Juliana Nogueira/USAID



Photo: Maycon Nunes/Peabiru



Nick Oakes no evento de lançamento do ABF em Belém do Pará

### Fundo Althelia\* de Biodiversidade

A primeira Rodada de Negócios da PPA, em 2018, atraiu 81 inscrições de startups interessadas na chance de competir por financiamento, incubação e aceleração. O número de inscrições mais do que dobrou em 2020. O crescente interesse demonstrou que existem empreendedores com boas idéias, inovadoras e prontas para receber financiamento e crescer. E também empresas e fundações filantrópicas dispostas a investir tempo e dinheiro para promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Sabendo disso, a USAID/Brasil decidiu buscar novas formas de financiamento que pudessem amplificar os impactos através de investimentos em empresas maiores e cooperativas, capazes de obter resultados em maior escala.

A USAID e Alliance/CIAT trabalharam em 2019 no tipo de financiamento misto recomendado pelo estudo da SITAWI. Com prévia colaboração entre a agência e a Althelia Funds em outros países, a Mirova Natural Capital, controladora da Althelia embarcou na ideia de criar um fundo de investimento de impacto para a Amazônia brasileira com o tipo de investimento de longo prazo que permita empreendimentos com foco em sustentabilidade de florescerem na região.

Os investimentos de impacto têm crescido com rapidez nos últimos anos, em todo o mundo. No Brasil, este crescimento é concentrado em áreas urbanas nas Regiões Sul e Sudeste do país, em setores como saúde e tecnologia de informação (TI). O Fundo Althelia de Biodiversidade (ABF) foi lançado no final de 2019, como o primeiro destinado exclusivamente à promoção da conservação da biodiversidade na Amazônia Legal brasileira.

\*Em 2021 o nome do ABF mudou para Amazon Biodiversity Fund

A USAID/Brasil decidiu buscar novas formas de financiamento que pudessem amplificar os impactos através de investimentos em empresas maiores e cooperativas, capazes de obter resultados em maior escala.





A USAID teve o papel de catalisadora, ao reunir os parceiros para fazer juntos o design do ABF. Com a liderança da Mirova e da Alliance/CIAT, foram feitas consultas com uma grande quantidade de parceiros, incluindo membros da PPA. Também foram incorporadas recomendações da USAID em políticas social, ambiental e de governança com o objetivo de garantir o alinhamento da abordagem de impacto do fundo com a Política de Biodiversidade da USAID.

A mitigação de risco foi dada pela Autoridade de Desenvolvimento de Crédito (DCA) da USAID, que dá garantias para 50% do capital investido no fundo. mitigation was provided by USAID's Development Credit Authority (DCA), which guarantees 50% of the capital invested.

Além disso, a USAID fez uma doação de US\$15 milhões para o CIAT com o objetivo de avançar na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, e aprender por meio de modelos de investimentos inovadores. Como os objetivos do fundo estão alinhados com os seus, o CIAT decidiu investir \$15 milhões no ABF, tornando-se seu investidor semente.

Nick Oakes, diretor de Investimentos da Mirova no Brasil, ressalta as vantagens da associação com o governo dos Estados Unidos: "A garantia de crédito ajudou na captação". Em outubro de 2020, o ABF ganhou o Prêmio de Fundo do Ano concedido pela revista Environmental Finance para investimentos de impacto.

### Áreas Prioritárias para Investimento

-  Conservação e melhoria da qualidade de vida de comunidades
-  Sistemas sustentáveis para pequenas propriedades, como Agrofloresta
-  Conservação e melhoria da qualidade de vida de comunidades
-  Inovação em biodiversidade, finanças e serviços de tecnologia; .



## Avaliando Impactos

“Avaliação é um fator crítico para nós. O ABF é uma experiência nova - o primeiro fundo dedicado à conservação de biodiversidade,” argumenta Wendy Francesconi.

“A Mirova vai enviar relatórios de progresso para investidores, mas a questão que queremos responder é: que tipo de modelo de negócios funciona melhor? Quais podem ser replicados? E que tipo de conservação pode ser possível?”

O fundo ABF vai usar uma estrutura inovadora para o pagamento de taxas de performance, combinando juros com uma taxa de performance de impacto e encorajando impactos de longo prazo na conservação da biodiversidade. A Mirova Natural Capital pretende fazer diligências em campo com uma equipe de especialistas para coletar informações e dados, quando a pandemia permitir. O fundo vai monitorar e reportar anualmente sete áreas temáticas como indicadores ambientais, sociais e econômicos desenvolvidos no co-design. Auditorias independentes serão realizadas anualmente a partir do terceiro ano.

De um total de 17 indicadores desenvolvidos, os negócios que recebem investimentos precisam cumprir pelo menos sete.

Para analisar os resultados, avaliações independentes serão realizadas para identificar modelos de negócios favoráveis e onde eles poderão ser capazes de

promover maiores impactos como parte do processo de aprendizagem no engajamento do setor privado.

A USAID, Alliance/CIAT e os parceiros do governo brasileiro, juntamente com instituições de pesquisa, vão empregar ferramentas de ponta com uso de análises geoespaciais para monitorar mudanças de uso de solo, degradação ambiental e biodiversidade, além do monitoramento comunitário de espécies-chave. Estas avaliações dos investimentos realizados pelo ABF estão agendadas para começar também no terceiro ano.

Para desenvolver esta ferramenta - TerraBio - a experiência da Alliance/CIAT's em avaliação de mercados agrícolas e valoração de sustentabilidade florestal está sendo complementada pelas experiências conjuntas dos parceiros implementadores (ICMBio, IPÊ e Imaflo), e pela Embrapa. Todos enviaram especialistas para oficinas voltadas para o desenvolvimento de métricas centradas na avaliação de impactos positivos dos investimentos do ABF sobre a biodiversidade.

De acordo com Anna Toness, ex-Coordenadora de Meio Ambiente da USAID/Brasil, “a ideia era pensar junto e concordar na melhor forma de mensurar os impactos de uma atividade sobre a biodiversidade ao longo do tempo, com o uso de modelos geoespaciais. Estamos propondo isto como uma abordagem prioritária para avaliar se atividades sustentáveis do setor privado na Amazônia fazem diferença.”



Foto: ECAM

A USAID propõe avaliar se as atividades sustentáveis do setor privado na Amazônia promovem a conservação da biodiversidade

A análise geoespacial do Terrabio vai compreender mudanças no uso da terra, degradação, restauração e conectividade de paisagens, juntamente com o monitoramento de espécies críticas para a saúde do ecossistema. Uma vez implementado, o Terrabio poderá fazer o monitoramento e indicar os impactos quase em tempo real.

Francesconi conta que foi abordada por pelo menos duas instituições operando na área de conservação para discutir a experiência de integrar o setor privado na área de conservação como parte da solução. “São opções inclusivas, ao invés de protecionistas”, afirma.

Ela também acredita que os novos mecanismos são mais rápidos e acrescenta: “Eles não dependem do setor público e podem ser alternativas com impactos duradouros na conservação.”

Andy Jarvis, Diretor Geral Associado da Alliance of Bioersity International and CIAT, relembra o processo que reuniu as instituições para fazer o primeiro fundo de investimentos de impacto na Amazônia: “As melhores coisas da vida acontecem por acaso. Tínhamos as pessoas certas, sentadas em torno da mesa discutindo as questões certas, na hora certa.”

Foto: Adobe Stock



## Impactos da COVID-19

O ABF é um fundo de 11 anos que pretende captar R\$ 300 milhões nos primeiros cinco anos. Mesmo antes da abertura da segunda rodada de investimentos, a Mirova National Capital foi abordada por instituições em busca de opções de investimento na Amazônia brasileira. “Capital semente e o portfólio de garantia de crédito têm sido importantes nas discussões,” afirma Oakes, diretor de Investimentos da Mirova, referindo-se ao capital investido pela Alliance/CIAT e pelo crédito de garantia da DFC.

“Como empresa, nossa parceria de longo prazo com a USAID, Alliance/CIAT e DFC é muito importante,” diz Oaks.

O processo de diligência foi impactado pela pandemia, já que prevê viagens a campo para dar subsídios ao processo de seleção,

mas Oakes acredita que sendo um fundo de longo prazo, o investimento paciente vai ajudar a diluir o impacto da pandemia.

“Houve adiamentos, já que muitas empresas estão tentando se estabilizar. Os processos de investimento foram diferentes, mas nos adaptamos para fazer diligências remotas e poderemos conduzir visitas presenciais quando as restrições forem suspensas.”

Para ele, a abordagem de longo prazo é uma vantagem para as startups e outros negócios apoiados pelo ABF: “Fornecemos suporte financeiro e não-financeiro de longo prazo e as empresas vão ser capazes de lidar com futuras crises ao se tornarem resilientes e fortalecerem uma boa governança de impacto”.





## Impacto em campo - Ganhando escala em inovação

### Apostando em um novo ciclo da borracha para aumentar a renda e promover conservação na Floresta Amazônica

Em meio à pandemia, uma fábrica de borracha natural no Pará está conseguindo não só pagar mais que o dobro do preço de mercado para seringueiros, como também produzir artigos de borracha natural usando uma tecnologia sustentável, com base em técnicas tradicionais indígenas. Encabeçada por Francisco Samonek, a fábrica de Castanhal fica a uma hora de carro de Belém e produz sandálias de dedo, artigos para casa e acessórios sem poluir a água ou o ar.

A cooperativa, certificada como orgânica, na qual os seringueiros cooperados são donos da fábrica e dividem seus lucros, contribui para manter a floresta e suas seringueiras de pé. E foi criada como resultado da tese de mestrado de Samonek na Universidade Federal do Acre - estado de Chico Mendes, o seringueiro mais famoso do país.

Ele combinou a técnica tradicional de beneficiamento de látex (encauchados) com pesquisas científicas e patenteou uma tecnologia que lhe rendeu vários prêmios de inovação e de tecnologia social nos últimos 20 anos. A cooperativa Encauchados da Amazônia foi selecionada como uma das quatro startups que receberam investimentos através da Plataforma de Parceiros pela Amazônia (PPA) e entrou no primeiro grupo de pequenas empresas baseadas na Amazônia que participaram do Programa de Aceleração da PPA.

Idealizada pela USAID/Brasil como parte de sua estratégia de engajamento do setor privado, a PPA tem atraído empresas locais, nacionais e multinacionais comprometidas como um novo modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira.

Durante o primeiro Fórum de Impacto de Investimentos e Negócios Sustentáveis (FINSA), em 2018, a gestora de negócios de impacto NESSt (Nonprofit Enterprise and Self-Sustainability Team) escolheu investir e dar mentoria à cooperativa, rebatizada de Seringô no ano seguinte. Como uma das pioneiras em investimento de impacto no Brasil, a NESSt, seleciona negócios sociais e os auxilia a ganhar escala com incentivos que vão de doações a investimentos de impacto.

“Até dois anos atrás a fábrica era mais um laboratório”, conta Samonek. Com apoio da PPA, a cooperativa criou um plano de negócios e desenvolveu uma compreensão melhor de sua necessidade de investimentos, começou a calcular seus reais custos e conseguiu passar a definir as margens de lucro almejadas. A profissionalização do negócio, combinada com a troca de nome da marca e as oportunidades de marketing e de networking proporcionadas pelo Programa de Aceleração ajudaram a atrair o interesse de varejistas como a paulista Benglô, que comercializa produtos da floresta no mercado de luxo da cidade mais rica da América Latina.

“A floresta da Reserva Extrativista tem um potencial enorme. Há 71 comunidades, onde vivem 23 mil pessoas e, em todas, há seringueiras muito próximas aos vilarejos”  
- Francisco Samonek



Vila Franca, às margens do rio Arapiuns, a poucas horas de Santarém, no Pará

Foto: Bruno Kelly/USAID

A pandemia de COVID-19 adiou os planos de ampliar a produção e de associação com grandes marcas, mas a Seringô se lançou na venda direta no Mercado Livre - um dos mais novos membros da PPA. A conhecida plataforma online está ajudando a Seringô e outras nove startups ligadas ao Programa de Aceleração a comercializar seus produtos amazônicos de comércio justo na internet.

Maria Angélica Correa recebeu treinamento da Encauchados há cinco anos juntamente com outras mulheres de Vila Franca. Elas aprenderam a fazer artesanato de borracha natural e foram as iniciadoras do renascimento da tradição da extração da borracha na região..

Vila Franca é uma em mais de 70 comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, que leva o nome dos dois principais rios que margeia. A vila à beira das águas azuis e transparentes do Arapiuns viu a economia com base na extração do látex entrar em colapso há cerca de 30 anos, com o desaparecimento de compradores. A maioria dos jovens migrou para Santarém e a população que ficou, depende de transferências do governo para sobreviver.

Angélica, como é conhecida na comunidade, sempre trabalhou como artesã, mas perdeu a mobilidade por problemas de saúde e já não podia mais buscar palha na floresta para fazer seus cestos. Em 2019, recebia cerca de R\$ 100 mensais do Bolsa Família, insuficiente para sustentar os dois filhos. A criação de um

grupo de artesãs locais a ajudou a duplicar a renda familiar com a venda dos produtos para turistas através da loja da Associação da Resex (Tapajoara) em Santarém.

A Seringô, assim como as artesãs, pagam R\$ 5 por quilo de látex aos seringueiros, mais do que o dobro do preço mínimo, de R\$ 2. Em novembro de 2019, ela e o grupo de artesãs que coordena, juntamente com uma artesã quilombola de Oriximiná e outra que vive numa comunidade da vizinha Floresta Nacional do Tapajós, receberam uma oficina da cooperativa para produção de bijóias e acessórios e trocaram experiências na produção de tecidos emborrachados, bolsas e descansos de mesa com formatos de folhas ou da tradicional vitória-régia amazônica.

O grupo tem orgulho de contar que produziu as bolsas do kit de imprensa dado aos jornalistas de todo o mundo que participaram da cobertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. “Trabalhamos dia e noite e conseguimos cumprir os prazos e entregar 500 bolsas,” Correa conta.

Enquanto as mulheres trocavam experiências e aprendiam ou aperfeiçoavam novas técnicas, Samonek ministrava uma oficina para os seringueiros ensinando melhores práticas de coleta e estocagem. Indígenas locais, que têm seus próprios seringais, também participaram. A Seringô tem como prática garantir o equilíbrio de gênero nas oficinas que ministra.



Foto: Bruno Kelly/USAID



Samonek na oficina com para seringueiros em Vila Franca

Além de produzir para as artesãs locais, os seringueiros de Vila Franca podem agora fornecer látex para a fábrica da Seringô. O preço muito superior ao mínimo fixado pelo governo, pode ser pago porque a cooperativa adianta o lucro da venda dos produtos manufaturados aos cooperados. Agora que as comunitárias têm sua própria fonte de renda, elas também se sentem mais empoderadas e ganham mais autonomia para usar o dinheiro em suas próprias prioridades.

Outras oficinas que iriam acontecer em mais comunidades ribeirinhas tiveram que ser adiadas por causa da pandemia e os planos de ampliar a produção e chegar a 220 toneladas de borracha em 2020 também foram afetados. Ainda assim, Vila Franca conseguiu manter a produção e enviá-la à fábrica de Castanhal.

“A floresta da Reserva Extrativista tem um potencial enorme,” diz Samonek: “Há 71 comunidades, onde vivem 23 mil pessoas e em todas há seringueiras muito próximas aos vilarejos. Apenas uma pequena quantidade de seringueiras está sendo usada para a produção, então acreditamos que há um enorme potencial de crescimento sustentável”.

As Reservas Extrativistas são Unidades de Conservação que permitem o uso sustentável de recursos naturais por ribeirinhos e indígenas que ali vivem. Em Vila Franca, como em outras comunidades nos 777 mil hectares da Resex Tapajós-Arapiuns, as seringueiras estão em toda a parte, dentro da floresta e perto das casas. A maior parte foi plantada no final do século 19 pelos primeiros colonos que se fixaram na região, onde já viviam indígenas. Estudos demonstram que para cada quilo de borracha natural produzida, um hectare de floresta é conservado.

Samonek acredita que esteja próximo de realizar seu sonho de ver um novo ciclo da borracha na Amazônia. Desta vez, com os seringueiros à frente dos negócios, como donos das fábricas, vendendo produtos orgânicos certificados, em parceria com grandes empresas e promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável que garanta a conservação da floresta.

Foto: Bruno Kelly/USAID



Fábrica da Seringô em Castanhal, no Pará



Angélica (esquerda) coordena o grupo de artesãs de Vila Franca

### Artesanato muda a relação de poder em comunidade durante a pandemia

Foi com o artesanato de borracha introduzido na região pela artesã Zélia Damasceno que a vida começou a mudar em Vila Franca.

Damasceno preside a Cooperativa Eco-Extrativista de Produtores da Amazônia (COOPERECO), acelerada pela PPA, e trabalha com Samonek na promoção de alternativas econômicas sustentáveis para comunidades ribeirinhas. Ela diz que depois de uma oficina de treinamento para treinadoras um grupo de mulheres começou a pedir mais moldes e a vender seus próprios produtos.

As mulheres convenceram os amigos e maridos a voltar a coletar o látex para que elas pudessem fazer toalhas, bolsas e outros produtos que são vendidos para turistas que visitam a comunidade e pela loja da Associação Tapajoara, de moradores da Resex, em Santarém.

“Buscamos não interferir com o marketing delas. Quando deram a elas a oportunidade de fazer bolsas para jornalistas nos Jogos Olímpicos, elas me ligaram com medo. Eu disse aos homens que elas precisavam de borracha e elas cumpriram os prazos com brilho e ganharam mais de R\$ 20 mil,” conta Damasceno. Na época, ela foi procurada por um grupo de homens que pediram a ele que ajudasse às mulheres a gerenciar os ganhos. A resposta foi: “Deixe elas gastarem como quiserem”.

Nas comunidades, as mulheres são dependentes dos homens financeiramente para quase tudo. Quando começam a ganhar com a venda do artesanato podem comprar uma roupa, maquiagem ou uma mochila para os filhos. “As mulheres normalmente dizem que trabalham, mas que o dinheiro não é delas. O artesanato da borracha empoderou este grupo,” constata.

O desconforto inicial dos homens geralmente é superado. É o caso do marido de Vilma de Souza, uma das primeiras a formar o grupo. O marido, Antônio, conta que graças ao trabalho dela já compraram uma televisão, um aparelho de som e completaram as economias para comprar um motor de barco.

Vilma trabalha em casa e adapta o artesanato à sua rotina de cuidar dos pais doentes pela manhã e cozinhar para a família todas as noites. À tarde, ela vai para a oficina no quintal de Angélica. “Depois da chegada do Seu Francisco, tudo melhorou por aqui. Pensei em desistir no início, mas outro dia o meu marido me disse que está muito animado e quer continuar”.

A determinação do grupo de mulheres de Vila Franca ajudou a manter a fábrica da Seringô funcionando durante a pandemia e a ampliar a reputação de confiabilidade do grupo de artesãs





Distribuição de cestas básicas em comunidade remota do rio Mamuru, acessível somente por barco

### PPA Solidariedade: Resposta à COVID-19 na Amazônia

Comunidades distantes na Amazônia sofreram desabastecimento de itens essenciais e dificuldades adicionais para escoamento da sua produção com a pandemia. Os membros da PPA têm sido proativos em apoiar a resposta nos territórios onde atuam.

A USAID e o Conselho Deliberativo da PPA coordenaram os esforços para maximizar a resposta através da New Partnerships Initiative (NPI Expand - Iniciativa de Novas Parcerias em tradução livre). A contribuição de cerca de R\$ 10,5 milhões (US\$ 2,1 mi) da USAID foi alavancada por um adicional de R\$ 17,5 milhões (US\$ 3,5 mi) do setor privado para formar a PPA Solidariedade: Resposta à COVID-19 na Amazônia, uma parceria intersetorial com o objetivo de aliviar os impactos da pandemia na região.

A parceria PPA Solidariedade inclui Alcoa, Bank of America, Beraca, Cargill, Caterpillar, Fundo Sustentabilidade Hydro, Mineração Rio do Norte, Suzano e Vale em oito projetos em diferentes Estados da região. Suas linhas de ação são:

1. Mobilizar campanhas de comunicação sobre a pandemia e empoderar comunidades isoladas ou vulneráveis para se protegerem contra a exposição e transmissão do coronavírus;
2. Promover medidas de prevenção e controle da COVID-19 em postos de saúde e nas comunidades;
3. Apoiar o sistema de saúde local (hospitais, postos de saúde e serviços de saúde comunitários) para responder e controlar a COVID-19 através de gestão de casos e serviços de vigilância;
4. Apoiar pequenos negócios na região Amazônica afetados pela pandemia (empreendedores, grupos de produtores e cooperativas) com serviços de aconselhamento financeiro e empréstimos com taxas de juros baixas;

A contribuição de cerca de R\$ 10,5 milhões (US\$ 2,1 mi) da USAID foi alavancada por um adicional de R\$ 17,5 milhões (US\$ 3,5 mi) do setor privado para formar a PPA Solidariedade: Resposta à COVID-19 na Amazônia, uma parceria intersetorial com o objetivo de aliviar os impactos da pandemia na região..



Treinamento para profissionais de saúde e limpeza em comunidade do Baixo Amazonas

**+380 mil**  
máscaras faciais distribuídas

**+500 mil**  
pessoas receberam informações sobre a pandemia

**+14,5 mil**  
famílias receberam cestas básicas e kits de higiene

Foto: IJUS

### Comunidades isoladas recebem informação em prevenção, kits e ferramentas para apoiar a recuperação econômica

No oeste do Pará, próximo à fronteira com o Amazonas, numa região conhecida como Baixo Amazonas, a PPA Solidariedade apoiou comunidades do município de Juruti, com a implementação a cargo do Instituto Juruti Sustentável (IJUS) e da Cooperativa de Agricultura Familiar de Juruti (Coafajur). A parceria incluiu a Alcoa (que tem uma mina de bauxita no município e um projeto de sustentabilidade) e atua em três frentes: fornecimento de informação, doação de cestas básicas e apoio a empreendedores locais.

O projeto realizou oficinas sobre protocolos para prevenção de COVID-19 com a participação de mais de 250 agentes de saúde e líderes comunitários em Juruti, e para funcionários de limpeza em clínicas de saúde. “Essa orientação prepara os funcionários da saúde a se tornarem agentes de informação para as comunidades”, explica Bárbara Espíndola, Secretária-Executiva do IJUS. “Também ajuda com o nosso trabalho de distribuir kits de prevenção, porque os líderes comunitários levam a informação de volta para casa.”

Kelly Góes é enfermeira e coordena o Centro de Saúde da comunidade de Juruti Velho. Ela enfatiza a importância de receber os kits: “O treinamento foi muito positivo, porque deu à comunidade não só a informação, mas meios de prevenção também. Não há utilidade em falar sobre proteção e não dar meios para que as pessoas se protejam”.

O Instituto distribuiu cerca de 3 mil cestas básicas e kits de higiene para famílias em 2020.

A equipe do IJUS conseguiu chegar às comunidades mais remotas de barco, navegando no rio Mamuru. Algumas das 14 vilas do município estão a até 16 horas de barco da sede. Milena Correia, da comunidade Mocambo, expressou o que sentiu à equipe de treinamento quando chegaram as doações: “Estamos esquecidos aqui e eu gostei muito desta oficina para falar sobre a pandemia, trazer comida e kits de higiene. Espero que vocês voltem”.

Valdemira Santos, da comunidade de Nova Canaã, concorda: “Precisamos de muita ajuda. Está muito difícil viver aqui quando precisamos de cuidados ou para ter acesso a serviços”.

O próximo passo do projeto foi a distribuição de sementes e ferramentas a agricultores familiares que têm a família como mão-de-obra. O objetivo é ajudar na recuperação da agricultura de base familiar. Sem a Feira de Agricultura na cidade de Juruti e a suspensão do programa de governo que compra a produção local para a merenda escolar por muitos meses, os pequenos agricultores e as aldeias indígenas ficaram sem comprador para seus produtos e sem dinheiro para recomeçar a plantar. Cada um dos 50 beneficiários recebe até mil Reais em insumos para a próxima safra.



Treinamento em protocolos de prevenção de COVID para líderes comunitários

Foto: IJUS





## Impacto em campo - Inovação gerada no setor privado

### Dendê Sustentável: Com apoio da USAID, empresa de cosméticos e pesquisadores mostram que é possível abandonar a monocultura e aumentar a produtividade.

“Aqui pela manhã é muito pássaro cantando. É sabiá, é bem-te-vi, é rolinha, é aracuã, tudo a gente vê cantar. Em 11 anos já vi muita diferença, mais pássaros, mucura, tamanduá, cachorro da mata, até veado já passou na área. Aqui você não sabe se é inverno ou verão, as plantas estão sempre bonitas”, descreve André da Silva Moura, funcionário responsável por uma das áreas do Sistema Agroflorestal (SAF) Dendê. Uma realidade bem distante das vastas monoculturas do óleo de palma, e que ocupavam 30 milhões de hectares em todo o mundo, em 2019 – onde caberiam 10 Bêlgicas[1].

Indonésia e Malásia são os dois grandes produtores globais, com mais de 80% do mercado, mas a produção tem avançado bastante na América Latina. No Brasil, ela mais do que dobrou entre 2009 e 2019, quando alcançou 540 mil toneladas plantadas em 200 mil hectares na Amazônia, principalmente no Pará.

Tradicionalmente cultivado em monocultura, o óleo da palma do dendê é o óleo vegetal mais consumido no mundo, utilizado em uma infinidade de produtos das indústrias alimentícia, cosmética e de biocombustíveis. Está presente em quase metade dos produtos que encontramos nas prateleiras do supermercado - do chocolate ao xampu.

Isso porque ajuda a conservar os alimentos de forma natural e, depois de refinado, sem cor ou odor, pode ser adicionado a outros alimentos sem modificar suas características.

A versátil palmeira, originária da costa oeste da África (*Elaeis guineenses*), é uma das principais causas de desmatamento em florestas tropicais na Ásia destruindo o habitat natural de espécies ameaçadas como o orangotango e o rinoceronte da Sumatra. As plantações costumam ter ainda relação com a exploração de mão de obra, más condições de trabalho e precarização da segurança alimentar de pequenos produtores. No Brasil, eles são muitas vezes proibidos por contrato de cultivar roças de subsistência, já que se acredita que culturas do dendê não progrida consorciada a outras espécies.

“A Natura estava preocupada com a produção do dendê, que é um ingrediente importante da indústria de cosméticos. A gente queria mais sustentabilidade nessa cadeia. Queríamos algo que gerasse mais benefícios ambientais e sociais, mais qualidade de vida para o agricultor. Então propusemos fazer um sistema diversificado” explica Débora Castellani, gerente científica da empresa e coordenadora do projeto.

Em 2006, a holding que é a quarta maior do mundo no setor e detém marcas tradicionais como Avon, Body Shop e a australiana Aesop, fez uma parceria com a Embrapa Amazônia Ocidental e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), para criar um Sistema Agroflorestal – que une árvores nativas e perenes com cultivo agrícola.

No Brasil, pequenos agricultores frequentemente são obrigados a assinar contratos que proíbem plantar outras espécies além da palma de dendê.

“Convidamos a CAMTA, que é uma referência no mundo em sistemas agroflorestais e a Embrapa, responsável por pesquisas inovadoras. Foi um pouco ousado, pois não havia pesquisas e nós fomos pioneiros nesse sentido. Ousamos ainda mais pois além de biodiverso, queríamos um SAF agroecológico - livre de produtos químicos,” relembra Castellani. A Embrapa é conhecida mundialmente por ter adaptado a soja ao clima do Centro-Oeste brasileiro e permitido a sua expansão. E a CAMTA, uma cooperativa paraense, foi uma das primeiras a apostar em SAFs depois de abandonar a monocultura da pimenta, que quase levou os cooperados à falência após um ataque de pragas.

O projeto começou com financiamento da FINEP (empresa pública de financiamento de pesquisa) em três unidades demonstrativas que são laboratórios a céu aberto. Foram escolhidas áreas que já estavam degradadas ou em desuso, o solo foi preparado e nele se intercalam dendê, árvores nativas como cacau e açaí e outras espécies com fins econômicos ou sistêmicos. À medida que as árvores e as palmeiras do dendê crescem, outras espécies consorciadas vão sendo trocadas para se adaptar à menor luminosidade.

No início, não foi fácil convencer os agricultores. “O SAF Dendê foi um desafio para nós. Quando fomos convidados a participar desse projeto, não havia exemplo de dendê consorciado. E diziam que o dendê consorciado não dá certo. Mas a gente encarou esse desafio, porque já tínhamos experiência em SAF, e o dendê é mais uma espécie para a gente trabalhar. Foi também uma oportunidade de inovar, de colocar mais uma espécie dentro de um sistema que a gente acredita na Amazônia”, conta Jailson Takamatsu, engenheiro agrônomo e dono de uma das Unidades Demonstrativas. “Hoje tem várias pessoas querendo entrar, mas no início não era assim. Depois de 10, 11



Plantação de dendê em Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu

Foto: Natura

A divulgação dos resultados científicos da pesquisa mudou a mentalidade no município. “As grandes empresas estão vendo esse cultivo ter resultado positivo. Nós, como Tomé-Açuenses, nossa experiência com monocultivo não é boa. A gente fica preocupado com a monocultura. Esse projeto teve uma importância muito grande na região e também para o agronegócio do dendê,” afirma Ernesto Suzuki, engenheiro florestal e um dos cooperados que fazem parte do projeto.

A partir de 2016, quando entrou no portfólio da PCAB, o SAF Dendê foi expandido para outras 12 unidades demonstrativas, em sua maioria de agricultores familiares, totalizando cerca de 50 hectares. A implantação está sendo feita em parceria com o Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF), que auxilia os agricultores com as questões técnicas da implantação do Sistema Agroflorestal. “A ideia é pegar o aprendizado, toda a experiência que a Natura, CAMTA e Embrapa têm e adaptar o Sistema Agroflorestal com dendê à realidade de cada agricultor familiar. Porque cada um tem um objetivo, acesso a mercado, pessoal”, explica André Miccolis, Coordenador Nacional do ICRAF.

Para os pequenos agricultores, o principal desafio é o tempo de espera entre o início do plantio e a colheita das espécies que geram mais renda. “Até agora não mudou muita coisa porque está no começo. E é bom quando o caboclo tá ganhando dinheiro. Mas futuramente vai ser bom, porque vai ter bem mais renda”, acredita José Paixão, um dos novos agricultores.

Outros vêem vantagem em preservar a natureza e ter segurança alimentar. “Eu topei porque é um projeto bom prá produzir alimento e é bom prá natureza. A mudança vem lentamente. Demora a crescer, a gente quer ver logo. No início deu feijão, está dando um pouco de maracujá, e coco - que está sendo eliminado aos poucos. É difícil mas a gente tem que esperar”, diz José Carneiro dos Santos.

“A parceria com a USAID foi uma oportunidade que nos permitiu acompanhar o dendê até o pico



Foto: Juliana Nogueira/USAID

André Silva Moura, que está desde o início do projeto, mostrando dendê recém-colhidos

anos, as pessoas estão mudando. As empresas também falavam que não ia ser possível produzir o dendê consorciado, principalmente nesse sistema biodiverso.”



de produção dele. O dendê é uma cultura de 25 anos e estávamos em 10 anos de projeto. Foi uma oportunidade de ver o quanto esse sistema era resiliente no tempo. Porque havia um questionamento de se ele ia responder quando chegasse na máxima produção. Isso trouxe tranquilidade para podermos divulgar os resultados com segurança” conta Castellani.

Depois de mais de 10 anos de pesquisa os resultados foram surpreendentes. “A partir do sétimo ano, a gente pode afirmar que tivemos uma produtividade igual ou superior à agricultura convencional. Temos uma média de 650g a 700g de amêndoa de cacau seco por ano. E nas unidades está dando 1kg. Já superou a média da região e é orgânico”, comemora Suzuki. Para ele, o sabor dos produtos do SAF também são melhores. “A gente é suspeito, mas a polpa de açaí do SAF tem um sabor diferente”, afirma. “Outro diferencial é que a gente tem uma receita distribuída ao longo do ano. Tá certo que o dendê a gente colhe o ano inteiro, tem o pico da safra. Só que a gente tem um ‘plus’ com as outras culturas que a gente tem no meio. Tem cacau, tem andiroba, tem taperebá, o açaí, a gente tem uma renda melhor durante o ano. Um diferencial grande se comparar com o monocultivo”.

Outra vantagem é o conforto térmico. Com a presença de outras espécies, o SAF Dendê se comporta mais como uma floresta e o ambiente de trabalho é mais fresco: “Trabalhar na monocultura e trabalhar aqui é diferente” explica André da Silva Moura, que está no projeto desde o início e veio da monoculturas de dendê. “Aqui é melhor. A gente não trabalha com

produto químico, não trabalha com muito sol. A gente passa o dia trabalhando e sente conforto”.

As pesquisas da Embrapa comprovam a percepção de André. “Temos comparado os diversos modelos de SAF com monocultivo e também com fragmentos de florestas secundárias, que são os fragmentos de floresta mais íntegros que temos aqui para estudar. E a maioria das nossas evidências apontam para o SAF dendê funcionando muito mais parecido com uma floresta do que com o monocultivo. É um sistema que está evoluindo para imitar o comportamento de uma floresta”, explica Steel Vasconcelos, pesquisador da Embrapa responsável pelo projeto.

Na Unidade de Demonstração há uma torre para monitoramento de condições meteorológicas e sensores no solo. Os dados são enviados remotamente para o laboratório da Embrapa em Belém. Técnicos e pesquisadores visitam as unidades com frequência para recolher amostras e verificar os equipamentos. “O envolvimento da Embrapa começou justamente para esse monitoramento de serviços ambientais, da fauna e insetos. Vimos o aumento do estoque de carbono do solo, o que significa que o SAF dendê tem um alto potencial de mitigar efeitos de mudanças climáticas. Associando a qualidade da proteção com potencial de promover benefícios ambientais.”

Para Castellani, o projeto foi bem sucedido em seu objetivo de mostrar que é possível cultivar um dendê sustentável: “O principal resultado desse projeto foi ter conseguido mudar a percepção das pessoas de que o dendê não poderia ser cultivado em sistemas diversificados. A gente brinca que o dendê é feliz aqui.

É um sistema que se assemelha muito a uma floresta. Depois de 10 anos a gente pode dizer que o sistema funciona, gera inúmeros impactos positivos e pode ser replicado. E não tem nenhuma etapa ou prática que não possa ser adotada por agricultores familiares. Nossa ideia é que ele possa ter agricultores de diferentes perfis e seja adotado em áreas de diferentes paisagens. Espero que a gente possa influenciar a cadeia de palma e seus problemas ambientais e sociais, e mostrar que é possível fazer diferente, beneficiando todo mundo”.

**O projeto conjunto de pesquisa entre a USAID e a Natura foi concluído em 2020, quando os resultados do SAF Dendê foram apresentados em mais de 30 workshops e seminários.**

**O ICRAF tem compartilhado as evidências do sucesso do SAF Dendê com projetos o Peru, na Malásia e na Indonésia - onde um projeto de SAF está em desenvolvimento.**

**A parceria com a Natura levou ao desenvolvimento de um modelo de negócios e de comercialização e expansão do projeto SAF Dendê, incluindo a construção de uma pequena fábrica e a conversão de terrenos de monocultura em Sistemas Agroflorestais.**



Carlos foi um dos primeiros a implementar o SAF Dendê e agora treina ajudantes para gerenciar a terra.

Foto: Juliana Nogueira/USAID

### Como uma comunidade de imigrantes abandonou a monocultura em favor dos Sistemas Agroflorestais

No nordeste do Pará, Tomé-Açu é um dos municípios que recebeu imigrantes japoneses na década de 1920. Fundada em 1929, a cooperativa local (CAMTA) prosperou na década de 50 com a monocultura da pimenta-do-reino, tornando-se uma das maiores exportadoras do mundo. Vinte anos depois uma praga destruiu as plantações de pimenta. Com apoio técnico do governo japonês, a CAMTA criou o Sistema Agroflorestal de Tomé- Açu (SAFTA), que consorcia frutíferas com espécies florestais para dar mais estabilidade econômica ao produtor e mitigar impactos de pragas e perdas de culturas.

“O objetivo do SAFTA não é plantar floresta, mas um sistema de sustentabilidade por pelo menos 20 anos nessa mesma área. Onde a gente possa ter ciclos de curto, médio e longo prazo. E quando passar esse período, possamos remover as espécies florestais, fazer dinheiro com isso e renovar o plantio para poder dar por mais 20 anos, explica Alberto Keiti Oppata, atual presidente da CAMTA. A parceria com a Natura no SAF Dendê se deu porque a cooperativa já era fornecedora de polpa de frutas para a empresa de cosméticos.

Desde a mudança para este modo de produção, os cultivos se tornaram diversificados e a CAMTA voltou a crescer. Hoje tem 169 cooperados e uma agroindústria que exporta frutas in natura e em polpa congelada para o resto do Brasil e para o Japão.

Foto: Juliana Nogueira/USAID



José Paixão está começando no SAF, mas satisfeito com a colheita da mandioca





## MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E APRENDIZADO

Trabalhando com indicadores sociais e de biodiversidade padronizados, a PCAB busca avaliar os reais impactos causados pelos projetos apoiados pela PCAB. Treinamentos anuais com parceiros implementadores têm sido realizados para aprimorar a coleta de dados e sua precisão. Em 2019, a USAID/Brasil e a Alliance of Bioversity/CIAT entraram numa parceria para promover o engajamento do setor privado. O programa Catalyzing and Learning through Private Sector Engagement for Biodiversity Conservation (CAL-PSE) busca transformar a abordagem de conservação na Amazônia brasileira, ampliando o bem estar das populações indígenas e comunidades locais.

Implementada pela Alliance/CIAT e uma rede de parceiros locais e empresas no Brasil, o programa está desenvolvendo soluções de monitoramento que irão mensurar o dia a dia da gestão dos projetos e os impactos de longo prazo.

O que vai garantir que parceiros implementadores sejam responsáveis pelos resultados e que a USAID e parceiros do setor privado possam empregar gestão adaptativa, tomar decisões informadas e capturar aprendizados.

O programa também busca identificar modelos inovadores e parcerias com o setor privado que possam ser replicadas com sucesso e que tenham potencial para ganhar escala. As ferramentas estão sendo desenvolvidas com estes objetivos em mente e algumas já estão sendo aplicadas no portfólio da PCAB:

**Índice de Progresso Social (SPI)** - Ferramenta tridimensional de avaliação utilizada para estimar aspectos concretos de bem estar humano como saúde, educação e acesso à água potável. O Programa Territórios Sustentáveis (PTS) começou a utilizar a metodologia para monitorar os resultados do projeto desenvolvido com apoio da PCAB pela Fundação AVINA e CIAT, com apoio logístico da ECAM. O IPS foi construído com entrevistas feitas com moradores de comunidades ribeirinhas e quilombolas de Oriximiná, realizadas por profissionais independentes que vivem na região. O primeiro levantamento foi realizado em 2019, com apresentação de resultados em 2020. Com o IPS será possível acompanhar as mudanças sociais e ambientais nos territórios quilombolas e áreas ribeirinhas ao longo do tempo, permitindo aos moradores avaliarem fatores

que influenciam em sua qualidade de vida e organizar demandas por apoio público e privado.

**Redes Sociais e Análise do Impacto de Relacionamentos** - A Análise de Redes Sociais será um importante componente do monitoramento do desenvolvimento da Plataforma Parceiros pela Amazônia. A metodologia irá analisar anualmente os relacionamentos formados entre os membros da PPA e com outras instituições de forma a apoiar a implementação da plataforma, detectar elementos que possam ser replicados ou ganhar escala e identificar os fatores que contribuem para o bom funcionamento da aliança. A ferramenta adota uma abordagem metodológica que combina análises quantitativas (SNA) e qualitativas (de contexto, atitudes e narrativas). As primeiras entrevistas foram realizadas pelo CIAT em conjunto com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) ainda em 2019.

**TerraBio** - O principal objetivo é desenvolver uma metodologia de monitoramento para avaliar o impacto ecológico de investimentos do setor privado na conservação da biodiversidade usando uma combinação de observações da Terra com data in situ (monitoramento participativo). O TerraBio irá fornecer informações a respeito do impacto sobre a biodiversidade de três intervenções de co-investimento em habitats florestais. Características de paisagem de interesse incluem cobertura florestal, condições e configurações, incluindo conectividade e fragmentação.

**Gestão de Dados Geoespaciais e Análise de Contexto** - Sistemas de Informação Geográfica (SIG) trabalham com referências espaciais dos dados (contendo coordenadas geográficas) e múltiplas bases de dados podem ser integradas, analisadas e visualizadas para auxiliar em processos de tomada de decisões. Tendo isto em vista, este componente planeja e conduz análises geoespaciais utilizando dados primários e/ou secundários para fornecer informações no contexto socioeconômico e biofísico quando da interpretação e mensuração do impacto dos projetos. Assim como resultados adicionais de Monitoramento e Avaliação.

Rio na Amazônia fotografado pelo satélite Landsat

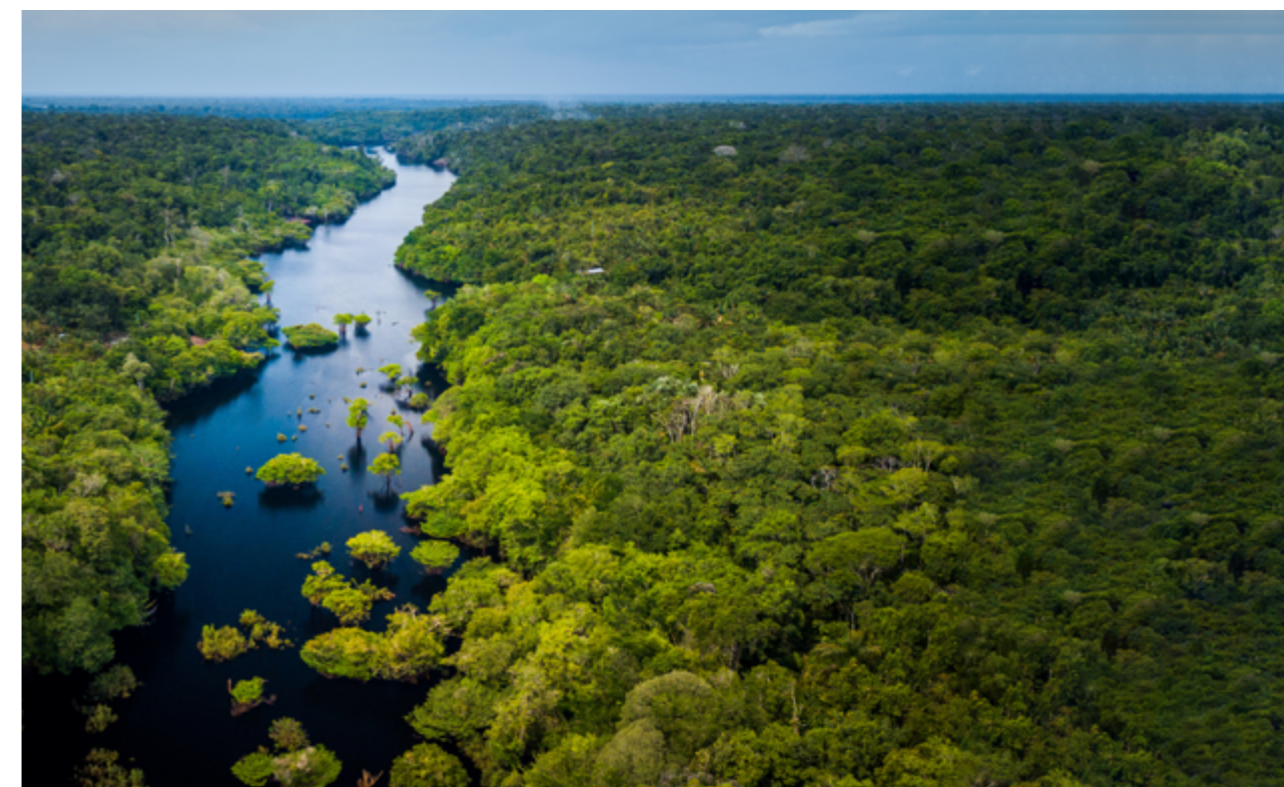
Photo: ©voran - stockadobe.com



## REDE DE PARCEIROS DA USAID/BRASIL



## EQUIPE USAID/BRASIL



Fotos: Serviço Florestal dos Estados Unidos

- Ted Gehr - Diretor
- Anna Tones - Diretora do Escritório de Meio Ambiente (2019)
- Catherine Hamlin - Diretora do Escritório de Meio Ambiente
- Ana Paula Mendes - Supervisora de Projetos
- Alex Araújo - Especialista em Gerenciamento de Projetos
- Alex Alves - Especialista em Engajamento do Setor Privado e Parcerias
- Alisson Reis Nascimento - Especialista em Gerenciamento de Projetos
- Cintha Soares - Assistente Administrativa
- Megan Gernes - Especialista em Gerenciamento de Projetos
- Patrícia Benthien - Especialista em Gerenciamento de Projetos e Biodiversidade
- Bernardo Portela - Analista de Orçamento e Gerente de Projetos
- Socorro Borges - Gerente de TI
- Marcos Bauch - Coordenador no Brasil do Programa Regional da América do Sul
- Natalia López-Hurst - Especialista em Comunicação e Desenvolvimento





Fotos: Serviço Florestal dos Estados Unidos



